

Relatório de Atividades 2010

Índice

Nota introdutória

I. Enquadramento

II. Autoavaliação

III. Execução do Plano de
Atividades

IV. Perspetiva de Género no
GPEARi

V. Conclusões prospetivas

Anexos

**GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

15 de abril de 2011

Ficha Técnica

Título

Relatório de Atividades do GPEARi - 2010

Data de finalização

15 de abril de 2011

Endereço

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n^o1 – 1^o

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 218823396

Fax: +351 218823399

URL: [http://www.gpearิ.min-financas.pt](http://www.gpearि.min-financas.pt)

Índice

Nota Introdutória	5
I. Enquadramento.....	7
II. Autoavaliação	10
II.1. QUAR 2010 – Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados	10
Análise dos resultados de 2010.....	11
Análise dos desvios.....	20
II.2. Avaliação do sistema de controlo interno.....	22
II.3. Recursos Humanos e Financeiros.....	23
Recursos Humanos	23
Recursos Financeiros	24
II.4. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	25
II.5. Menções de reconhecimento e melhorias de eficiência.....	26
II.6. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço	28
II.7. Menção proposta resultante da autoavaliação	28
III. Execução do Plano de Atividades	30
IV. Análise da Perspetiva de Género no GPEARI	55
V. Conclusões prospetivas	57
ANEXOS	59
Lista de Acrónimos	61
A1. Organograma do GPEARI – 2010.....	63
A2. QUAR do GPEARI – 2010	64
A3. Avaliação do sistema de controlo interno.....	66
A4. Quadros do Balanço Social	67
A5. Mapa de Execução Orçamental – 2010 (em euros)	71

Este relatório foi escrito de acordo com o novo acordo ortográfico.

Nota Introdutória

O presente Relatório de Atividades visa dar cumprimento ao estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º e no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Com este propósito, são apresentados os elementos qualitativos e quantitativos demonstrativos dos resultados alcançados em 2010 pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública (GPEARI).

A avaliação global do desempenho do GPEARI em 2010 é considerada bastante positiva, propondo-se, em resultado da autoavaliação, a menção de Desempenho Bom, para a sua avaliação final. A menção proposta é fundamentada (i) pelos resultados obtidos no QUAR de 2010, tendo 5 dos 7 objetivos sido superados e os restantes atingidos, (ii) pela elevada taxa de execução do Plano de Atividades (114%) e, ainda, (iii) pela significativa quantidade de atividades que, embora não tendo sido programadas no início do ano, foram realizadas com sucesso.

A maioria dessas atividades está associada à conjuntura adversa que caracterizou a economia Portuguesa em 2010 e à necessidade de definir políticas de consolidação orçamental e de aprofundamento das reformas estruturais que haviam sido iniciadas, já antes da crise. No seguimento do agravamento da situação no mercado de dívida soberana, despoletado pela crise na Grécia, foi reforçada, em maio de 2010, a dinâmica de consolidação orçamental, associada à redefinição, mais exigente, dos objetivos para o défice e para a dívida pública até 2013. Neste contexto, o GPEARI desempenhou durante o ano de 2010 um papel claramente reforçado no apoio à definição e conceção de políticas económicas, no acompanhamento da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes no controlo da política orçamental, e na avaliação e monitorização das referidas políticas. A este nível, é de destacar a importância da atualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 e o Relatório de Orientação da Política Orçamental, onde se encontram patentes as linhas de atuação do Governo, no sentido de atingir as metas definidas em matéria de défice e dívida pública, bem como a participação ativa em inúmeras reuniões de carácter nacional e internacional, nas quais foi analisada e debatida a envolvente macroeconómica e orçamental.

A nível das reformas estruturais, refira-se o papel desempenhado pelo GPEARI no primeiro ano de implementação da Estratégia Europa 2020, designadamente através da promoção de um debate alargado, envolvendo a Comissão Europeia, sobre a implementação da referida estratégia, com especial enfoque nas matérias relacionadas com a atividade do Ministério das Finanças e da Administração Pública. De sublinhar, também, o acompanhamento e apoio técnico à OCDE na elaboração do exame económico a Portugal, que culminou com a publicação do *Economic Survey 2010* para Portugal e com um seminário de apresentação do mesmo.

A nível das relações internacionais, destaca-se, no contexto da crise internacional, a análise detalhada levada a cabo pelo GPEARi sobre a participação de Portugal nos processos de aumento de capital das várias Instituições Financeiras Internacionais (IFI), tendo em conta o contexto atual de fortes restrições orçamentais que torna premente a definição de prioridades nesta e noutras matérias., De referir, igualmente, o esforço iniciado em 2010 de racionalização de recursos inerentes aos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin), tendo este implicado, entre outras medidas, a prorrogação por mais um ano (sem aumento do número de ações) dos Programa com Angola e Guiné-Bissau, não se descurando, porém, a qualidade que tem vindo a caracterizar estes programas, fator inequívoco do seu sucesso.

Ainda no âmbito internacional, refira-se (i) a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2010, do Acordo de Cooperação Económica (ACE), assinado entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP), a 28/07/2009, tendo como objetivo reforçar a Estabilidade Macroeconómica e Financeira de STP e (ii) a atribuição a Portugal da organização das reuniões anuais da Assembleia de Governadores do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, em 2011.

Em matéria de promoção da internacionalização da economia portuguesa, merece destaque o lançamento da Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras, de âmbito interministerial e interassociativo, e a operacionalização do respetivo Grupo de Trabalho composto por elementos do GPEARi e da AICEP Portugal Global, tendo esta estrutura sido responsável pela realização de um número significativo de iniciativas de promoção de oportunidades das empresas portuguesas junto das IFI.

Em conclusão, durante o ano de 2010, o GPEARi reforçou claramente o seu papel no desempenho das suas principais atribuições, designadamente em matéria de definição, conceção e monitorização de políticas económicas e na coordenação das relações internacionais no âmbito do Ministério das Finanças e da Administração Pública, tendo tido um desempenho assinalável num contexto de forte incerteza que veio a caracterizar grande parte deste período e que se refletiu na atividade do próprio gabinete.

A Diretora-Geral



Inês Drumond

I. Enquadramento

O Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública (GPEARI) tem como missão (i) garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, (ii) assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais e (iii) acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP).

Pela sua natureza de gabinete de apoio à governação, a atividade do GPEARI durante o ano de 2010 foi fortemente influenciada pela envolvente institucional bem como pela evolução da envolvente macroeconómica. Reforçando a tendência já verificada durante o ano de 2009, a atividade do GPEARI concentrou-se significativamente no apoio à definição e conceção de políticas económicas, no acompanhamento da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes no âmbito do controlo da política orçamental, e na avaliação e monitorização das referidas políticas. De destacar, os contributos para a preparação do OE/2010 e OE/2011, a atualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, o Relatório de Orientação da Política Orçamental, onde se descrevem as linhas de atuação do Governo para o cumprimento das metas definidas em matéria de défice e dívida pública, e a participação ativa em inúmeras reuniões de carácter nacional e internacional, nas quais foi analisada e debatida a envolvente macroeconómica e orçamental.

Adicionalmente, no que se refere ao acompanhamento da definição e implementação de políticas económicas, a nível da União Europeia, o GPEARI continuou a desempenhar um papel crucial, em particular, na estruturação de políticas económicas internas, na medida em que estas se enquadrem na estratégia definida à escala europeia. De destacar a manutenção da participação ativa na discussão das políticas europeias em matéria de supervisão e regulação financeiras, o *dossier* relativo ao reforço da coordenação de políticas da União Europeia e a Estratégia Europa 2020, na qual o GPEARI tem vindo a desempenhar um papel de relevo nas matérias diretamente relacionadas com o Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Em 2010, destaca-se, também, a participação ativa no *Economic Survey* 2010, elaborado pela OCDE relativamente a Portugal, cujo relatório foi publicado em setembro, no seguimento da realização da reunião do *Economic and Development Review Committee* (EDRC), na qual a representação portuguesa foi liderada pelo GPEARI e envolveu também representantes de outros ministérios. Nesse mesmo mês, foi organizado e realizado um seminário de apresentação no Ministério das Finanças e da Administração Pública.

No âmbito das relações internacionais e no contexto da crise internacional, destaca-se a análise exaustiva efetuada pelo GPEARI sobre a participação nos processos de aumento de capital das várias IFI de que Portugal faz parte, tendo em conta o contexto atual de fortes restrições orçamentais que torna

premente a definição de prioridades nesta e noutras matérias. Neste contexto, de referir igualmente o esforço iniciado, em 2010, de racionalização de recursos inerentes aos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin), tendo este implicado, entre outras medidas, a prorrogação por mais um ano (sem aumento do número de ações) dos Programas com Angola e Guiné-Bissau.

Durante o ano de 2010, foi ainda reforçada a aposta na dinamização do potencial contributo do mercado das multilaterais financeiras para a internacionalização das empresas, dos consultores e da banca nacional, num momento de especial preponderância da política de internacionalização dos agentes económicos nacionais.

Relativamente ao Acordo de Cooperação Económica (ACE), celebrado entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP), o GPEARi participou nos trabalhos da Comissão do Acordo de Cooperação Económica (COMACE), no âmbito da qual funciona a Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM). Foi efetuada a avaliação periódica da conjuntura macroeconómica e da implementação das reformas estruturais, tendo sido elaborados dois relatórios sobre a situação macroeconómica de São Tomé e Príncipe, os quais se pretende que venham a constituir um instrumento com interesse acrescido tanto para o setor político e empresarial santomense, como para a comunidade internacional. À semelhança do que vem acontecendo em anos anteriores, o GPEARi participou nos trabalhos da Comissão do Acordo de Cooperação Cambial (COMACC) entre Portugal e Cabo Verde.

Os recursos humanos continuaram a ficar aquém do planeado, tendo no entanto sido possível garantir o cumprimento e superar a maioria dos objetivos constantes do QUAR 2010. Dadas as elevadas solicitações dirigidas ao Gabinete, não totalmente previsíveis, provenientes, na sua grande maioria dos gabinetes da equipa política do MFAP (GMEF, GSEAO, GSEAF, GSETF e GSEAP), exigindo respostas céleres e prioritárias, uma percentagem reduzida das atividades programadas não se concretizou, verificando-se, por outro lado, a realização de outras tarefas não programadas. Este efeito, não prejudicou, todavia, o alcance dos objetivos prioritários do serviço, definidos no QUAR 2010.

De referir a integração no GPEARi de sete estagiários, desde julho de 2010, ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central, os quais têm vindo a contribuir de forma bastante positiva para o desempenho do Gabinete, colmatando, embora de forma temporária, a acima referida escassez de recursos humanos em algumas áreas do GPEARi.

A atividade desenvolvida em 2010 teve como referencial as linhas de atuação estruturadas em torno dos seguintes vetores estratégicos, estabelecidos no Plano de Atividades para 2010:

1. Contribuir para a concessão e concretização dos objetivos de política económica do MFAP, bem como para a sua monitorização;
2. Potenciar a partilha da informação e do conhecimento;

3. Potenciar o retorno associado à Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Na secção seguinte, é apresentada em detalhe a autoavaliação do GPEARI evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR 2010. Quando aplicável, descrevem-se as causas de incumprimento de ações ou projetos e apontam-se medidas a desenvolver no futuro para um reforço positivo do desempenho. Sempre que possível, procedeu-se à comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional, de forma a utilizar um ponto de referência na avaliação do desempenho do GPEARI. Foi dado conhecimento prévio aos dirigentes intermédios sobre o processo de autoavaliação do serviço e os trabalhadores colaboraram no processo interno de avaliação do serviço, através da realização de um questionário. Finalmente, é apresentada a avaliação global proposta pelo dirigente máximo para o desempenho do GPEARI em 2010.

Na secção III, é apresentado um balanço da execução do Plano de Atividades para 2010, acompanhado de uma descrição das principais atividades, programadas e não programadas, organizadas por áreas temáticas.

Na secção IV, são apontadas algumas ilações sobre a perspetiva de género no GPEARI e na secção V são apresentadas as conclusões prospetivas.

II. Autoavaliação

II.1. QUAR 2010 – Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados

A autoavaliação deve evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados, de acordo com o QUAR do serviço. O Quadro 1 resume os resultados obtidos para cada um dos sete objetivos operacionais constantes do QUAR 2010 do GPEARI, apresentado no anexo A2.

Uma vez que o GPEARI atingiu todos os objetivos que se propôs alcançar em 2010, superando a maioria, de acordo com a alínea a) do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação a atribuir ao desempenho do serviço em 2010 é de BOM.

Quadro 1. QUAR 2010 - Avaliação Final

Objetivos	planeado	realizado	classificação
Eficácia	50%	55%	Superou
O1. Concretizar iniciativas com impacto nas políticas públicas e na sua monitorização	25%	25%	Atingiu
O2. Garantir o apoio técnico à formulação de políticas, prioridades e objectivos do MFAP	25%	31%	Superou
O3. Promover uma rede interativa de informação e conhecimento	25%	27%	Superou
O4. Aumentar a eficácia da APD e da participação financeira nas IFI	25%	27%	Superou
Eficiência	25%	34%	Superou
O5. Responder a "Tempo e Horas"	50%	52%	Superou
O6. Maximizar a economia dos recursos utilizados	50%	83%	Superou
Qualidade	25%	25%	Atingiu
O7. Promover a qualidade do serviço prestado	100%	100%	Atingiu
AVALIAÇÃO FINAL	100%	114%	Bom

Os objetivos do QUAR 2010 foram reagrupados e reduzidos relativamente aos do QUAR 2009, embora o número de indicadores tenha permanecido quase inalterado. O comportamento da taxa de realização global reflete a melhoria do processo de planeamento e uma abordagem mais ambiciosa na fixação de metas.

Como se pode verificar no Quadro 2, o desempenho do GPEARI, nos últimos três anos, tem registado um a evolução favorável, em particular no que refere aos objetivos de eficácia e eficiência.

A taxa de execução dos recursos financeiros (realizado face ao orçamento corrigido) foi bastante favorável em 2010 - 74% face a 81% em 2009 - refletindo a prioridade de contenção de custos, no atual contexto de restrições orçamentais, o que influenciou substancialmente o resultado do objetivo 6.

Quadro 2. Evolução dos principais indicadores do QUAR 2008 a 2010

	2008	2009	2010	Δ 2008-2009	Δ 2009-2010
Eficácia					
Ind 1. Número de iniciativas cujos objetivos foram alcançados	n.a	n.a	3	-	-
Ind 2. Nº de documentos técnicos elaborados de suporte à formulação e monitorização das políticas e à representação institucional do MFAP	256	389	443	52,0%	13,9%
Ind 3. Nº de "Policy Papers" elaborados	n.a	1	5	-	400,0%
Ind 4. Nº de documentos publicados, de entre artigos e estudos	9	15	14	66,7%	-6,7%
Ind 5. Nº de iniciativas de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MFAP	2	4	7	100,0%	75,0%
Ind 6. Grau de execução médio dos PICAT	0,54	0,55	0,60	1,9%	9,8%
Ind 7. Número de iniciativas multilaterais que promovam a interligação com os países prioritários da cooperação portuguesa e um maior grau de internacionalização da economia nacional	24	24	26	0,0%	8,3%
Eficiência					
Ind 8. Percentagem de respostas e acções concluídas fora do prazo	0,089	0,048	0,037	46,1%	23,8%
Ind 9. Rácio entre os resultados alcançados e a despesa efectuada (valor ajustado para 2009 para assegurar comparabilidade entre 2009 e 2010)	n.a	0,138	0,20	-	43,0%
Qualidade					
Ind 10. Nível de satisfação dos utilizadores (escala 1 a 5)	4	4	4,18	0,0%	4,6%
Ind 11. Resultados de benchmarking, em pontos (1 ponto por cada resultado relevante e 2 por cada resultado excelente)	2	1	3	-50,0%	200,0%
TAXA DE REALIZAÇÃO GLOBAL	168%	127%	114%		
n.a - não aplicável					

Análise dos resultados de 2010

As atividades desenvolvidas em 2010, cuja descrição detalhada se apresenta na secção III, visaram a concretização de sete objetivos operacionais:

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

01. Concretizar iniciativas com impacto nas políticas públicas e na sua monitorização

Ind 1. Número de iniciativas alcançadas (Meta = [2;3]; Valor crítico=5; Resultado=3)

A meta estabelecida para este objetivo consiste em concretizar 2 a 3 iniciativas nos seguintes domínios:

i) Melhorar a qualidade das finanças públicas; ii) Portugal na construção europeia; iii) Internacionalização da economia portuguesa e iv) Medidas de política transversais.

No final do ano encontravam-se concluídas três das iniciativas previstas, pelo que a meta fixada para o objetivo 1 foi atingida. Essas iniciativas foram:

- Internacionalização da economia portuguesa. No primeiro semestre foram realizados dois *Business Opportunities Seminars*, um com a Corporação Andina de Fomento e outro com o Banco Asiático de Desenvolvimento, conforme previsto. Em julho, foi realizado mais um *Business Opportunities Seminar*, desta vez com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- Medidas de política transversais – foram realizadas duas iniciativas, previstas para todos os ministérios: *i)* elaboração do Plano para a igualdade, no âmbito das políticas de promoção da igualdade de género, e *ii)* elaboração do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, no âmbito das medidas de política de combate à corrupção.

O GPEARI concluiu o Plano para a Igualdade de Género (PI) do MFAP em junho, dentro dos prazos estipulados, tendo o documento sido aprovado pela tutela e enviado à CIG em julho. O MFAP foi o primeiro ministério a concluir o respetivo PI (disponibilizado no site), tendo sido um dos três selecionados para apresentação pública dos planos ministeriais para a Igualdade, ocorrida em 18 de março de 2011, no MFAP.

02. Garantir o apoio técnico à formulação de políticas, prioridades e objetivos do MFAP

Ind 2. Número de documentos técnicos elaborados de suporte à formulação e monitorização das políticas e à representação institucional do MFAP (Meta = [380;420]; Valor crítico=450; Resultado=443)

No final de 2010, o total de documentos elaborados ascendia a 443, tendo-se superado a meta prevista. Para este resultado, contribuiu o aumento exponencial de reuniões nacionais e internacionais (com embaixadas, instituições financeiras, empresas de ratings, instituições internacionais, entre outras) em que o GPEARI (DG e UPE) participou ativamente tendo como objetivo a prestação de informação sobre a conjuntura macroeconómica e orçamental.

Ind 3. Número de “Policy Papers” elaborados (Meta=3; Valor crítico=5; Resultado=5)

Em 2010, foram elaborados 5 *Policy Papers* (igualando o valor crítico), designadamente:

- Aceleração da convergência do regime de pensões da CGA com o regime geral da Segurança Social (incluído no OE2010), em janeiro, pela UPE;
- Proposta de medidas de redução da despesa para o PEC com base no *case study do Reino Unido*, em fevereiro, pela DSPCG. No PEC ficou contemplado um parágrafo semelhante à sugestão proposta (página 27).

- Racionalização da despesa pública de B&S transversais à AP - *Benckmarking* das Unidades Ministeriais de Compras, em junho, pela DSPCG;
- Balanço do Programa Pagar a Tempo e Horas 2008-2010, em outubro, pela DSPCG;
- Estudo sobre endividamento e poupança na economia portuguesa (em colaboração com o Banco de Portugal), em outubro, pela Diretora-geral e UPE.

O valor crítico foi atingido devido ao facto do ano de 2010 ter sido um ano excecional em matéria de solicitações da tutela no que toca à definição e avaliação de medidas de política, uma das atribuições do GPEARI como atrás referido.

03. Promover uma rede interativa de informação e conhecimento

Ind 4. Número de documentos publicados, de entre artigos e estudos (Meta = 12; Valor crítico = 20; Resultado = 14)

A meta fixada foi superada, tendo-se publicado os seguintes artigos e estudos:

1. Economia Portuguesa - Anexo estatístico;
2. *Report on financial crisis management* (Comissão Europeia, EFC-Ad Hoc Working Group), coautoria da Diretora-geral;
3. Quadros orçamentais nacionais (artigo nº 2);
4. Análise da eficiência e eficácia da despesa pública no Ensino Superior (artigo nº 3);
5. Composição da despesa pública e crescimento económico (artigo nº 4);
6. Competitividade, desequilíbrios da economia portuguesa e reformas estruturais (artigo nº 5);
7. *Gender Budgeting* (artigo nº 6);
8. Banco Europeu de Investimento - Atividade na UE e em Portugal (artigo nº 7);
9. *Benchmarking* e melhorias de eficiência no setor público (artigo nº 8);
10. SNS - caracterização e desafios (artigo nº 9);
11. Algumas considerações sobre a especulação nos mercados financeiros (artigo nº 10);
12. O papel dos *Trust Funds*: oportunidades e desafios (artigo nº 11);
13. Mercado das multilaterais financeiras (artigo nº 12);
14. Documento com linhas de orientação gerais sobre a aplicação do sistema de avaliação de serviços na Administração Pública.

Adicionalmente, enquadrar-se neste indicador a orientação de estágios curriculares para alunos universitários, embora não esteja contabilizado por não constituir um documento publicado pelo

GPEARI. Em 2110, o Subdiretor geral do GPEARI orientou o trabalho de um aluno do ISCTE.

Ind 5. Número de iniciativas de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MFAP (Meta = [3;5]; Valor crítico=10; Resultado=7)

Em 2010, concretizaram-se as seguintes 7 iniciativas, superando a meta fixada:

- 1) Apresentação sobre "A Reforma do Sistema Público de Pensões" no âmbito da reunião do *Board* da Associação Europeia de Regimes de Pensões do Setor Público na Caixa Geral de Aposentações, (UPE, janeiro);
- 2) Apresentação do PEC: Seminário na Universidade Lusíada; Seminário no Instituto Politécnico de Leiria e Seminário no Observatório do Emprego (UPE, abril);
- 3) GT do Mecanismo das Multilaterais Financeiras (DSCI):
 - *Workshop* de Apresentação do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado, na aicep Portugal Global, cerca de 12 participantes (inclui vídeo conferência com aicep Portugal Global Porto), fevereiro;
 - *Workshop* de Apresentação dos procedimentos e oportunidades de *procurement* do Banco Asiático de Desenvolvimento aos gestores de áreas de negócio, na aicep Portugal Global, abril;
 - *Workshop* de Apresentação da Sociedade Financeira Internacional aos gestores de áreas de negócio, na aicep Portugal Global, cerca de 10 participantes (inclui videoconferência com aicep Portugal Global Porto), junho;
 - *Workshop* sobre o Mercado das Multilaterais Financeiras no Curso de Adidos Diplomáticos, no Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, junho.
- 4) Apresentação no *workshop* Portugal Constrói, organizado pela aicep Portugal Global e pela AIP, sobre financiamento bilateral e multilateral para a internacionalização das empresas portuguesas em Angola (DSCI, maio).
- 5) Apresentações sobre o sistema de avaliação dos serviços da AP a delegações internacionais (DSPCG):
 - Visita de estudo de uma delegação de 5 dirigentes do Azerbaijão e um representante da OCDE (visita coordenada pela DGAEP), março no GPEARI;
 - Visita de uma delegação brasileira (4 pessoas+1 da empresa organizadora). Nesta apresentação foi aplicado um questionário de satisfação. Nota obtida=4,2 (equivalente a Bom, escala 1 a 5), maio;
 - Visita de uma delegação da Moldávia (10 pessoas). Nesta apresentação foi aplicado um questionário de satisfação. Nota obtida=4,6 (equivalente a Muito Bom, escala 1 a 5). Setembro.
- 6) Seminário - *Economic Survey* Portugal - SG OCDE, 27 de setembro de 2010.

7) Apresentação sobre Caracterização da Organização do Estado, no GPEARI (DSPCG, novembro).

04. Aumentar a eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e da participação financeira nas Instituições Financeiras Internacionais (IFI)

Ind 6. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica (Meta = [50%;60%]; Valor crítico=70%; Resultado=60%)

A taxa média de execução das ações previstas nos Programas de Assistência Técnica para 2010 situou-se em cerca de 60% (Quadro 3).

Quadro 3. Taxa de execução dos programas integrados de cooperação e assistência técnica

	2010	
	meta	realizado
	taxa de execução	
PICATfin Cabo Verde	[40%;50%]	35,4%
PICATfin S. Tomé e Príncipe	[40%;50%]	51,9%
PICATfin Guiné	[40%;50%]	81,6%
PICATfin Angola	[40%;50%]	51,5%
PICATfin Moçambique	[40%;50%]	62,7%
PICATfin Timor-Leste	[40%;50%]	0,0%
PICAT Aduaneiro-CPLP	[85%;95%]	100,0%
PICAT IGF-CPLP	[85%;95%]	100,0%
TOTAL	[50%;60%]	60,4%

Tal como referido na nota introdutória, foi desenvolvido um esforço assinalável, que se iniciou em 2010, no sentido de racionalizar os recursos previstos nos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin), dado o peso que estes representam no orçamento do GPEARI. Neste sentido, foi decidido prorrogar por mais um ano os Programas com Angola e Guiné-Bissau, sem aumento do número de ações.

Ind 7. Número de iniciativas bilaterais e multilaterais que promovam a interligação com os países prioritários da cooperação portuguesa e um maior grau de internacionalização da economia nacional (Meta=24; Valor crítico=30; Resultado=26)

Em 2010, este indicador foi superado, tendo sido realizadas 26 iniciativas:

- Representação institucional (7):
 - Colocação de 2 gestores no terreno dos PICATFin Angola e PICATFin São Tomé e Príncipe;
 - Colocação de 3 técnicos portugueses em instituições financeiras internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento e Corporação Andina de Fomento);

- Manutenção da representação permanente de Portugal no Conselho de Administração do Banco Africano de Desenvolvimento;
 - Constituição de um Secretariado Técnico Permanente Ministeriais Finanças CPLP.
- Elaboração, revisão ou avaliação final de programas de cooperação (3):
 - Elaboração de uma proposta do PICATFin Timor-Leste (ainda em fase de avaliação) e revisão intercalar do PICATFin Cabo Verde;
 - Relatório sobre o balanço e perspectivas do PICATFin Angola.
- Reuniões e apresentações (5):
 - Presidência, a pedido do Banco Africano de Desenvolvimento, da reunião de países não regionais sobre o aumento geral de capital e vice-presidência das reuniões do grupo de contato para a reforma do Conselho de Administração do Banco;
 - Abertura e participação no seminário conjunto Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento-Martifer na Bulgária sobre energias renováveis, financiado pelo GPEARi via Fundo de Cooperação Técnica de Portugal junto daquele Banco;
 - No âmbito do exame do CAD-OCDE à cooperação portuguesa, apresentação aos examinadores sobre práticas do MFAP a nível do relacionamento com Instituições Financeiras Internacionais, linhas de crédito e ajuda desligada;
 - Participação no Grupo de Apoio ao Orçamento de Cabo Verde;
 - Apoio à participação de representantes do MFAP em cimeiras, visitas ou reuniões bilaterais (Espanha, Tunísia, Brasil, Timor Leste, Guiné Bissau, Marrocos, Angola, Moçambique, Cabo Verde e China).
- Participação e dinamização do funcionamento de grupos de trabalho (4):
 - Operacionalização do Grupo de Trabalho conjunto GPEARi e aicep Portugal Global no âmbito do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras;
 - Lançamento e dinamização da Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras, concretizada na realização das duas primeiras reuniões daquela Comissão, respetivamente, em abril e dezembro;
 - Atribuição a Portugal da organização das reuniões anuais das Assembleias de Governadores do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento em 2011, tendo sido a candidatura inicialmente apresentada por Portugal em 2007, e participação no Grupo de Trabalho encarregue de preparar e organizar as Reuniões Anuais do Banco Africano de Desenvolvimento;
 - Inclusão de um Grupo de Trabalho sobre Estados Frágeis dentro dos grupos de trabalho a serem constituídos no âmbito da 16.ª reconstituição de recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento.

- Outras (7):
 - Reforço dos Fundos de Cooperação Técnica de Portugal junto do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e do Banco Africano de Desenvolvimento;
 - Elaboração de propostas para Resolução de Conselho de Ministros (subscrição de capital da Corporação Andina de Fomento e do Banco Africano de Desenvolvimento);
 - Análise do aumento de capital do Banco Asiático de Desenvolvimento.
 - Promoção da redação e publicação num jornal de referência e de tiragem nacional de um artigo sobre o mercado das multilaterais financeiras (artigo de duas páginas publicado na edição do Diário Económico de 25 de outubro);
 - Criação, no âmbito do Grupo de Trabalho conjunto GPEARI-aicep Portugal Global, de um *site* monográfico dedicado ao mercado das multilaterais financeiras, bem como ao respetivo Mecanismo de Acompanhamento, no portal da aicep Portugal Global.

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

05. Responder a “Tempo e Horas”

Ind 8. Percentagem de respostas e ações concluídas fora do prazo (Meta = [4%;5%], Valor crítico=1%; Resultado=3,7%)

Em 2010, a percentagem de respostas concluídas fora de prazo foi de 3,7%, tal como detalhado no Quadro 4.

Quadro 4. Grau de incumprimento dos prazos de resposta (%)

Unidade orgânica	2008	2009	2010
UPE	3,4%	1,7%	0,7%
DSCI	13,6%	0,9%	1,1%
DSPCG	0,8%	0,9%	1,9%
DSRSI	30,0%	14,0%	6,9%
Média do GPEARI	8,9%	4,8%	3,7%

Nota: pedidos respondidos e ações desenvolvidas fora do prazo estabelecido / total de pedidos e ações desenvolvidas × 100

De assinalar que, apesar do número de solicitações não previsíveis às quais o GPEARI teve de responder no início do ano, pelo segundo ano consecutivo foi possível melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta, em termos médios.

O6. Maximizar a economia dos recursos utilizados

Ind 9. Rácio entre os resultados alcançados e a despesa efetuada (Meta = [13,8%;14,6%]; Valor crítico 14,6%; Resultado=19,7%)

Para 2010, foi construído o indicador 9 que se traduz no rácio entre o *output* produzido pelo GPEARI, devidamente ponderado de acordo com a tabela abaixo, e a execução orçamental do ano.

Para a evolução bastante positiva deste indicador contribuíram principalmente a elaboração de documentos e artigos e a realização de iniciativas acima do previsto, bem uma redução das despesas de funcionamento em linha com o contexto de fortes restrições orçamentais.

Tabela de conversão

Indicador	Descritivo	Pontos atribuídos
1	1 iniciativa concretizada	10
2	1 documento	1
3	1 <i>policy paper</i>	10
4	1 artigo ou <i>working paper</i>	5
5	1 <i>workshop</i> /seminário	5
6	1 p.p. de aumento na taxa de execução face a 2009	5
7	1 iniciativa concretizada	10
8	1 décima de redução face a 2009	1

Indicador 9 é calculado com a fórmula $\sum_{i=1}^8 \frac{\text{Resultados Indicador } i * \text{pontos } i}{\text{Despesa}} * 100$

OBJETIVOS DE QUALIDADE

O7. Promover a qualidade do serviço prestado

Ind 10. Nível de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5) (Meta = [3,8;4,2], Valor crítico=5; Resultado=3,9)

O GPEARI tem como objetivo último garantir a qualidade e fiabilidade da informação prestada a todos os seus *stakeholders*. A satisfação dos utilizadores com a informação disponibilizada bem como com o serviço prestado pelo GPEARI, em termos gerais, foi avaliada através da realização de um inquérito de satisfação de conteúdo semelhante ao realizado no ano passado. Foram enviados 336 questionários e, entre 4 e 21 de janeiro de 2011, foram obtidas 49 respostas válidas, correspondendo a uma taxa de respostas de 15%. Adicionalmente foram efetuados questionários de satisfação nos seminários/apresentações promovidas pelo GPEARI. O nível de satisfação apurado corresponde à média

dos resultados apurados no questionário aos utilizadores externos e no questionário feito nos referidos seminários/apresentações.

Numa escala de 1 a 5, foi estabelecida no QUAR 2010 uma meta de [3,8;4,2], equivalente a Bom, a qual foi atingida.

Quadro 5. Resultados do questionário aos utilizadores externos

	2008	2009	2010
G1. Satisfação global dos clientes com a organização	4,1	4,0	4,0
G2. Satisfação com o envolvimento e participação	3,9	3,9	4,0
G3. Satisfação com a acessibilidade	3,9	4,0	3,9
G4. Satisfação com produtos e serviços	3,8	3,8	3,8
Nível médio de satisfação dos utilizadores externos (escala 1 a 5)	3,9	4,0	3,9

Nota: 1 = Mau, 2 = Insatisfatório, 3 = Satisfatório, 4 = Bom e 5 = Excelente.

Ind 11. Resultados de benchmarking (Meta=1;3; Valor crítico=5; Resultado=3)

Este indicador pretende captar a qualidade do serviço prestado pelo GPEARI através do reconhecimento, por parte de agentes externos, do papel do Gabinete no desempenho das suas atribuições. Inclui-se, assim, neste indicador, a obtenção de prémios ou a distinção, devidamente comprovada, da relevância dos resultados obtidos nas áreas de acompanhamento do GPEARI.

Em 2010, registaram-se três resultados relevantes:

- A passagem à *short-list* do “Public Service Awards – Programme 2010” das Nações Unidas da candidatura do GPEARI com o projeto “Avaliação do desempenho dos serviços da AP Portuguesa”;
- Notícia no jornal Diário Económico, de 3 de fevereiro de 2010, sobre o artigo do GPEARI “Quadros Orçamentais Nacionais”, publicado no BMEP n.º 1|2010. O Jornal deu destaque a este artigo na coluna “A Não Perder”;
- Nomeação da Diretora-geral do GPEARI como *chairwoman* do grupo de trabalho *Output Gap* do Comité de Política Económica da União Europeia (outubro).

No âmbito do Programa Simplificação Legislativa (SIMPLEGIS), lançado em maio de 2010, sob coordenação da Presidência do Conselho de Ministros, foram realizadas reuniões de coordenação mensais e formação em avaliação do impacto legislativo (seminários, oficinas e cursos) com as equipas ministeriais entretanto formadas. A equipa do MFAP, criada em julho de 2010, é constituída por uma representante do GMEF e por três colaboradoras do GPEARI.

Análise dos desvios

Em termos de cumprimento de objetivos não se verificaram desvios negativos, conforme ilustrado no Quadro 1. Em termos das atividades planeadas verificou-se, contudo, algum incumprimento e a obtenção de resultados insuficientes em algumas das ações programadas para 2010, facto que, todavia, não comprometeu o cumprimento dos objetivos estabelecidos no QUAR de 2010.

O2. Garantir o apoio técnico à formulação de políticas, prioridades e objetivos do MFAP

Indicador 2 - Nº de documentos técnicos elaborados de suporte à formulação e monitorização das políticas e à representação institucional do MFAP

Meta	VC	Realizado	Desvio
[380;420]	450	443	+23

Justificação Desvio Pedidos adicionais por parte do Gabinete MEF e maior número de reuniões.

Indicador 3 - Número de "policy papers" elaborados

Meta	VC	Realizado	Desvio
3	5	5	+2

Justificação Desvio Pedidos adicionais do Gabinete MEF ("Proposta de Medidas de redução da despesa para o PEC com base no *case study* do Reino Unido") e da SG (Racionalização da despesa pública de B&S transversais à AP - *Benchmarking* das UMC").

O3. Promover uma rede interativa de informação e conhecimento

Indicador 4 - Nº de documentos publicados, de entre artigos e estudos

Meta	VC	Realizado	Desvio
12	20	14	+2

Justificação Desvio Elaborados mais dois em relação ao previsto: "Atividade Banco Europeu de Investimento na UE e em Portugal" e "*Benchmarking* e melhorias de eficiência no setor público".

Indicador 5 - Nº iniciativas de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MFAP

Meta	VC	Realizado	Desvio
[3;5]	10	7	+2

Justificação Desvio Não estavam previstas as seguintes duas iniciativas: Apresentações a delegações estrangeiras sobre o sistema de avaliação de serviços da AP (pedido DGAEP); Workshops no âmbito do Grupo de Trabalho das Multilaterais.

O4. Aumentar a eficácia da APD e da participação financeira nas IFI

Indicador 7 - Nº de iniciativas bilaterais e multilaterais que promovam a interligação com os países prioritários da cooperação portuguesa e um maior grau de internacionalização da economia nacional

	Meta	VC	Realizado	Desvio
	24	30	26	+2
Justificação Desvio	<p>Apesar de não se terem concretizado seis das iniciativas previstas - assinatura LC com Timor Leste (TL); Assinatura PICATFin com TL; Colocação de Gestor em TL; Assinatura Convenção para evitar dupla tributação com TL (ainda em avaliação); Reunião Anual de Administradores nas IFI (por dificuldades de conciliação de agendas) e Avaliação final do PICATFin com GB, foram concretizadas oito iniciativas não previstas: representação permanente no CA do BAfD; constituição de um Secretariado Técnico Permanente Ministeriais CPLP; presidência portuguesa da reunião de países não regionais do BAfD; apresentação sobre práticas relacionamento com IFI e linhas de crédito, no âmbito exame CAD/OCDE; participação no GT organizador das reuniões anuais do BAfD em Portugal; inclusão GT Estados Frágeis no âmbito 16ª reconstituição recursos da AID; criação conjunta de um site monográfico no portal da AICEP dedicado às multilaterais financeiras; preparação de cimeiras.</p>			

O5. Responder a "Tempo e Horas"

Indicador 8 - Percentagem de respostas e ações concluídas fora do prazo

	Meta	VC	Realizado	Desvio
	[4%;5%]	1%	3,70%	-0.3 p.p.
Justificação Desvio	Foi possível melhorar o desempenho neste indicador, para além do inicialmente previsto.			

O6. Maximizar a economia de recursos utilizados

Indicador 9 - Rácio entre os resultados alcançados e a despesa efetuada

	Meta	VC	Realizado	Desvio
	[13,8%;14,6%]	15%	21,00%	+6.4p.p.
Justificação Desvio	<p>Este indicador reflete os resultados alcançados em outros indicadores, face aos recursos utilizados. Para a evolução do mesmo contribuíram principalmente: a elaboração de documentos e artigos e a realização de iniciativas acima do previsto, bem como uma redução da despesa, em linha com o contexto de fortes restrições orçamentais.</p>			

II.2. Avaliação do sistema de controlo interno

Em 2010, e de acordo com a informação constante no anexo A3, o sistema de controlo interno vigente no GPEARi caracterizava-se pelos seguintes aspetos:

Ambiente de controlo:

- A partir de 1 de janeiro de 2010, no âmbito do grupo piloto de implementação do sistema GeRFIP na Administração Pública (Gestão de Recursos Financeiros da Administração Pública Partilhada), o referido sistema entrou em modo de produção no GPEARi, encerrando-se a utilização da plataforma SIC e fazendo-se a transição de uma lógica de gestão orçamental para uma lógica de gestão baseada na contabilidade geral e analítica (POCP). Dando continuidade ao trabalho desenvolvido em 2009, manteve-se o controlo externo de processos pela empresa pública GeRAP – Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, bem como a redefinição de circuitos e procedimentos, com vista a um melhor controlo da regularidade e legalidade dos processos contabilístico-financeiros.
- O sistema de Helpdesk para as questões do aprovisionamento tem vindo a ser alargado e aperfeiçoado, permitindo um controlo mais exato dos tempos de resposta e consumos por unidade orgânica e por colaborador. Contudo, melhorias adicionais serão necessárias ao longo de 2011.

Estrutura organizacional:

- A totalidade dos colaboradores, dirigentes intermédios e demais trabalhadores, foi avaliada ao abrigo do SIADAP 2 e 3, respetivamente.
- Cerca de 50% dos colaboradores frequentaram, pelo menos, uma ação de formação. Embora não tenha sido formalmente avaliada ex-post a pertinência dessas ações no desempenho do Gabinete nem o impacto das mesmas junto dos colaboradores com interesse nas mesmas mas que não as frequentaram (por motivos de adequada gestão de recursos), foi reconhecida a necessidade de aperfeiçoar e atualizar os conhecimentos profissionais.

Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço:

- A ação de maior impacto implementada no ano 2010, consistiu na entrada em produção do sistema GeRFIP conforme acima descrito, o qual exigiu a participação permanente e intensa de cinco dos doze colaboradores da DSRSI, condicionando, significativamente, outras atividades, face à integral alteração de paradigma de controlo - donde se destacam as áreas de implementação do Plano Oficial de Contas Público e a Gestão de *Stocks*, associados a uma contabilidade analítica.
- O contínuo alargamento do sistema de *Helpdesk* da DSRSI para as áreas de gestão de *stocks/economato*, um processo em desenvolvimento, tem vindo a permitir melhorias ao nível do controlo de tempos e qualidade de respostas e de afetação de custos.

Fiabilidade dos sistemas de informação:

- Pese embora os inadequados tempos de resposta, derivados, basicamente, da adaptação e evolução dos novos sistemas de informação, reconhece-se que os mesmos se encontram devidamente salvaguardados, uma vez que a infraestrutura e segurança da rede, os *backup*, a réplica da informação e os softwares de base são assegurados e controlados pelo IIMFAP. A integridade dos dados do GPEARi é, por sua vez, garantida através do *backup* feito pelo *Data Center* do GPEARi que, em 2010, sofreu uma reestruturação de modo a alavancar positivamente o desempenho dos serviços tecnológicos do GPEARi (ver secção II.4). Esta melhoria é evidente na análise dos inquéritos de satisfação dos colaboradores do GPEARi.

II.3. Recursos Humanos e Financeiros

Recursos Humanos

No final de 2010, o número de colaboradores efetivos no GPEARi ascendia a 44, tal como em 2009, conforme informação constante dos quadros do Balanço Social¹, apresentados no anexo A4. Pelo segundo ano consecutivo, o número de efetivos ficou aquém das reais necessidades do serviço, principalmente no que se refere a técnicos superiores. Do total de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para 2010 (55), 14 não foram preenchidos (25%), 3 em cargos dirigentes e 11 na carreira técnica superior. No final de 2010, o número total de recursos humanos era o mesmo de 2009, verificando-se a existência de mais uma chefia intermédia (de 7 para 8) e menos um técnico superior (de 26 para 25) (Quadros 5 e 6 do anexo A4). Ocorreu, também, uma substituição na direção superior de 2º grau.

O quadro de pessoal do GPEARi, em 2010, era caracterizado por:

- Média etária relativamente baixa: a média etária situou-se nos 41 anos, tal como em 2009, sendo que a classe etária predominante correspondeu aos 40-44 anos de idade.
- Elevada taxa de habilitação superior: 82% dos trabalhadores do GPEARi possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), consideravelmente superior à média da Administração Central (cuja estimativa para 2010 era 49,7%, segundo o Boletim do Observatório do Emprego Público de outubro de 2010).
- Absentismo reduzido: em 2010, a taxa de absentismo (excluindo ausências por motivo de férias) situou-se nos 4,7%.
- Encargos com pessoal: os encargos com pessoal ascenderam a 1,26 milhões de euros (M €).

¹ Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, o GPEARi não tem a obrigatoriedade da elaboração do Balanço Social, uma vez que o número de trabalhadores é inferior a 50. No entanto, são apresentados em anexo alguns indicadores e quadros do Balanço Social.

- **Formação:** em 2010 realizaram-se 30 ações de formação cujas despesas associadas (custos com inscrição mais despesas com deslocações e estadas) ascenderam a 13 260 euros. Destas ações de formação 29 foram externas, maioritariamente de duração inferior a 30 horas, nas quais participaram 23 colaboradores. A remanescente foi de cariz interno e decorreu ao longo de todo o ano perfazendo um total de 118 horas, na qual participaram uma média de 8 colaboradores, tendo a despesa associada ascendido a 5 715 euros.
- **Avaliação:** em 2010 foi aplicado o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho regulado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, à totalidade dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores elegíveis para o efeito, num total de 7 dirigentes intermédios e 34 trabalhadores. De referir que do total de 41 colaboradores avaliados, 5 correspondem a avaliações por ponderação curricular. Foram aplicadas as percentagens máximas fixadas na lei para o efeito de diferenciação de desempenhos.

Quadro 6. Avaliação do desempenho relativo a 2010

	Nº de trabalhadores avaliados	Nº de relevantes atribuídos (25% do total de trabalhadores avaliados)	Nº de excelentes atribuídos (5% do total de trabalhadores avaliados)
SIADAP 2 (Dirigentes intermédios)	7	2	1
SIADAP 3 (Trabalhadores)	34	9	2

Ainda a nível dos recursos humanos, de referir a integração de 7 estagiários no GPEARI no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central desde julho de 2010, que tem vindo a contribuir de forma bastante positiva para o desempenho do Gabinete, colmatando, embora de forma temporária, a acima referida escassez de recursos humanos em algumas áreas do GPEARI.

Recursos Financeiros

O orçamento global aprovado para o ano 2010 ascendeu a M€ 6,821, o qual foi objeto de “cativações” na ordem dos 8,4%, em cumprimento das disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado e do Decreto de Execução Orçamental, pelo que o orçamento disponível se fixou nos M€ 6,249.

Do orçamento disponível, destaca-se a parcela afeta à cooperação económica externa no montante de M€ 4,56, repartida entre o Orçamento de Despesas de Cooperação e o Orçamento de Despesas Excecionais do Capítulo 60, nos montantes de M€ 2,429 e M€ 2,131, respetivamente. Cerca de M€ 1,118 do Orçamento de Despesas de Cooperação foram aplicados no pagamento de *despesas com o pessoal* – nomeadamente vencimentos, ajudas de custo e suplementos remuneratórios decorrentes das

ações de cooperação e assistência técnica, bem como remunerações devidas aos agentes de cooperação deslocados no âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) – e M€ 0,691 foram afetos às despesas com *deslocações e estadas*. De referir que M€ 0,051 suportaram *despesas residuais* com a aquisição de serviços e equipamento informático. Do Orçamento de Despesas Excepcionais do Capítulo 60 foram feitas *transferências* para países terceiros beneficiários da ajuda pública ao desenvolvimento e para as instituições financeiras internacionais, correntes e de capital, num montante total de M€ 1,244.

O total de pagamentos dos orçamentos afetos à cooperação económica externa, repartida entre o Orçamento de Despesas de Cooperação e o Orçamento de Despesas Excepcionais do Capítulo 60, ascendeu a M€ 3,135, tendo permanecido um saldo orçamental, em 31 de dezembro de 2010, no valor de M€ 1,425, pelo que a execução do orçamento de cooperação se fixou nos 68,7%.

Relativamente ao orçamento de funcionamento, o executado ascendeu a M€ 1,480, salientando-se o peso das *despesas com o pessoal* sobre o total de pagamentos – 85,3%. Dos restantes pagamentos, 6,2% respeitam a *deslocações e estadas*, 2,5% reportam-se ao pagamento dos estágios profissionais no âmbito do PEPAC e 6% a *despesas residuais* com a aquisição de bens e serviços e bens de capital. O saldo orçamental, em 31 de dezembro, é de 201 mil euros (m€).

O orçamento inicial de PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) foi de m€ 58,5. No entanto, apenas um dos projetos apresentados foi aprovado, no montante de m€ 10, tendo uma execução de 100%.

II.4. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

No seguimento da avaliação de desempenho de dirigentes intermédios e demais trabalhadores, ao abrigo do SIADAP 2 e 3, respetivamente, foram atribuídos prémios de desempenho e, por opção gestionária, foram alterados os níveis remuneratórios de alguns trabalhadores, visando reconhecer o trabalho prestado e criar incentivos ao desempenho.

A reestruturação do *Data Center* veio permitir uma melhoria da acomodação dos equipamentos informáticos, evitando-se assim a perda de dados relevantes para o GPEARi e possibilitando a continuidade e a maior disponibilidade dos serviços tecnológicos.

Foi aprovado, em 16 de março de 2010, o Código de Conduta do GPEARi, estabelecendo princípios básicos de igualdade, responsabilidade e não discriminação, bem como normas funcionamento interno e de relacionamento com o exterior.

O GPEARi apresentou, a 21 de dezembro de 2010, o Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas relativo ao ano de 2010, visando apurar o grau de implementação das medidas incluídas no referido Plano e, identificando, sempre que possível, as causas para a não concretização plena das mesmas. Do balanço das medidas adotadas concluiu-se o seguinte:

- 4 das 7 medidas foram implementadas na íntegra. Estas medidas deverão contribuir para prevenir a ocorrência de eventuais situações de corrupção ou de infrações conexas nas áreas de relacionamento com o exterior, relações internacionais e avaliação de serviços;
- As medidas que ficaram por concretizar, essencialmente devido à falta de recursos humanos adequados, relacionam-se, na sua generalidade, com a área da contratação pública, gestão financeira e gestão de recursos humanos, tornando-se premente a sua adoção em 2011.

II.5. Menções de reconhecimento e melhorias de eficiência

Nesta secção pretende-se justificar a excelência dos resultados obtidos, demonstrada designadamente por comparação com padrões nacionais ou internacionais, tendo em conta igualmente melhorias de eficiência.

Relativamente a 2010, o GPEARi apresentou a iniciativa Avaliação do Desempenho dos Serviços como candidata ao 2010 *United Nations Public Service Award*, na categoria “Improving transparency, accountability and responsiveness in the public service”. Como resultado, a iniciativa apresentada foi umas das apuradas para a *short list* de finalistas candidatas a vencedoras.

Em termos de comparação com serviços homólogos, foi efetuada uma análise por ministérios em relação à conclusão do processo de avaliação do desempenho dos serviços de 2009, a qual coloca o MFAP em quinto lugar num *ranking* de 15 ministérios. Este posicionamento representa uma subida de 3 lugares face ao ranking do ano anterior.

Quadro 7. Conclusão do processo de avaliação do desempenho dos serviços relativo a 2009

Ministério	Data do Despacho do Ministro com Distinção de Mérito
MNE	28/Set/2010.
MADRP	14/Out/2010.
MS	20/Out/2010.
ME	26/Out/2010. Não houve atribuição de distinção de mérito.
MFAP	18/Nov/2010.
MOPTC	23/Nov/2010.
MAOT	20/Dez/2010.
MEID	14/Jan/2011.
PCM	02/Fev/2011.
MJ	02/Fev/2011.
MAI	11/Fev/2011.
MDN	n.d.
MTSS	n.d.
MCTES	n.d.
MC	n.d.

n.d. – não disponível.

No que se refere ao alcance de melhorias de eficiência, o GPEARI registou progressos conforme demonstrado pelos resultados do objetivo 9 do QUAR 2010 (Quadro 1). Os ganhos de eficiência foram acompanhados de poupanças nos custos de funcionamento na ordem dos 200 mil euros.

II.6. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço

Foi dado conhecimento prévio sobre a autoavaliação do serviço aos dirigentes intermédios e demais trabalhadores.

Adicionalmente, todos os colaboradores do GPEARI (dirigentes intermédios e demais trabalhadores) tiveram oportunidade de expressar a sua opinião sobre o desempenho do serviço através de inquérito, de conteúdo semelhante ao do ano passado, realizado entre 3 e 14 de janeiro de 2011. Foram enviados 42 questionários tendo sido submetidas 23 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 54,8%.

Numa escala de 1 a 5, foi obtido um nível médio de satisfação dos colaboradores de 3,4, equivalente a Satisfatório.

Quadro 8. Resultados do questionário aos colaboradores

	2008	2009	2010
G1. Satisfação global dos colaboradores com a organização	3,5	3,5	3,2
G2. Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	3,2	3,3	3,2
G3. Satisfação com as condições de trabalho	3,3	3,4	3,4
G4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	2,6	2,7	2,7
G5. Satisfação com equipamentos e serviços informáticos, condições de higiene e instalações	3,3	3,7	3,8
G6. Satisfação com os princípios de igualdade do género e conciliação no trabalho	-	-	3,8
Nível médio de satisfação dos colaboradores (escala 1 a 5)	3,2	3,4	3,4
Número de respostas recebidas	30	15	23
Número de questionários enviados	40	40	42

Nota: 1 = Mau, 2 = Insatisfatório, 3 = Satisfatório, 4 = Bom e 5 = Excelente.

II.7. Menção proposta resultante da autoavaliação

Os objetivos de eficácia e eficiência foram superados. O objetivo de qualidade foi atingido, apesar de se verificar um ligeiro decréscimo no nível médio de satisfação dos utilizadores externos. Tal evolução pode ser explicada pelo aumento do volume de solicitações, com prazos de resposta normalmente estreitos, associado à carência de recursos humanos, em particular de técnicos superiores.

Uma vez que as atividades não realizadas não se revelaram críticas e não tiveram qualquer impacto na prossecução dos objetivos fixados, considera-se que, em termos gerais, o desempenho do Gabinete foi bastante positivo. Face ao exposto, e de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, **a menção proposta como resultado da autoavaliação do desempenho do GPEARI em 2010 é de *Desempenho Bom*.**

III. Execução do Plano de Atividades

A presente secção apresenta uma descrição das atividades desenvolvidas em 2010, organizadas de acordo com as seguintes áreas temáticas:

- Documentos de Política Económica
- Conjuntura Económica e Financeira Nacional e Internacional
- Finanças Públicas - Sustentabilidade
- Finanças Públicas - Qualidade
- Monitorização e Avaliação de Políticas/Programas
- Políticas Europeias
- Instituições Multilaterais Europeias – BEI e CEB
- Mercado Interno Europeu
- Política Externa Europeia
- Política Legislativa Europeia
- Planeamento e Avaliação
- Partilha de Informação e do Conhecimento
- Relações Internacionais – Cooperação Bilateral
- Relações Internacionais – Multilaterais Financeiras

É também apurado o grau de execução do Plano de Atividades para 2010, o qual se situou em 129%. Adicionalmente realizaram-se algumas atividades não programadas conforme documentado nos quadros 8 a 11.

DOCUMENTOS DE POLÍTICA ECONÓMICA

Coordenação da elaboração de documentos:

- ❖ Relatório do Orçamento do Estado
- ❖ Programa de Estabilidade e Crescimento
- ❖ Grandes Opções do Plano
- ❖ Relatório de Orientação da Política Orçamental

Elaboração de contributos para:

- ❖ Conta Geral do Estado (maio de 2010)
 - ❖ Balanço da participação de Portugal na União Europeia (janeiro de 2010)
-

Coordenação da elaboração dos seguintes documentos:

- Relatório do Orçamento para 2010 (janeiro) e para 2011 (outubro);
- Grandes Opções do Plano 2010-2013 (janeiro);
- Atualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (março);
- Elaboração do Relatório de Orientação da Política Orçamental (julho).

Elaboração de contributos para:

- A Conta Geral do Estado de 2009 (Secção 2 “Evolução da Situação Económica em 2009” e Secção 3: “Finanças Públicas em Portugal”).
- O Balanço da Participação de Portugal na União Europeia (Questões Económicas e Financeiras; Situação Económica; União Económica e Monetária; Mercados e Serviços Financeiros; Fiscalidade e Fluxos Financeiros - Participação de Portugal no BEI e no FEI).

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA NACIONAL E INTERNACIONAL

- ❖ Conjuntura nacional e internacional
 - ❖ Coordenação das Missões da OCDE, Comissão Europeia (CE) e FMI (na vertente do MFAP)
 - ❖ Grupos de trabalho e comités da OCDE (*Working Party* nº.1 - WP1, *Short Term Economic Prospects* - STEP e Comité de Política Económica - CPE)
 - ❖ Grupos de trabalho do Comité de Política Económica da Comissão Europeia (*Economic Forecasts, Output Gap, LIME*)
 - ❖ Grupos de trabalho do Conselho Superior de Estatística, do INE (Contas Nacionais e Regionais - GTCNR, Relações Económicas com o Exterior - GTREE e Estatísticas Monetárias e Financeiras - GTEMF)
 - ❖ Contributos elaborados no âmbito de relatórios efetuados pelas agências de *rating*
-

Acompanhamento de conjuntura

- Atualização de várias publicações regulares, de periodicidade infra-anual, e elaboração de uma publicação anual sobre a economia portuguesa. Elaboração de notas internas sobre evolução dos principais agregados macroeconómicos e financeiros.

Acompanhamento de visitas de instituições internacionais a Portugal

- Coordenação da Missão do FMI ao abrigo do Art. IV (na vertente do MFAP);
- Missão da Comissão Europeia no âmbito do exercício de previsões económicas da primavera.

Representação institucional:

- Participação em grupos de trabalho e preparação dos respetivos contributos

- OCDE: WP1, STEP, CPE e Exame Económico do Luxemburgo;
- CE: *Economic Forecasts, Output Gap* e *LIME*;
- INE: GTCNR, GTREE e GTEMF.

- Participação em reuniões sobre Economia Portuguesa

- Agências de *rating*, investidores e embaixadas;
- Banco de Portugal, CE e BCE.

Estudos

- *Report on financial crisis management* (Comissão Europeia, EFC-Ad Hoc Working Group); (abril 2010);
- Competitividade, desequilíbrios da economia portuguesa e reformas estruturais (artigo n.º5 e BMEP);
- Algumas Considerações sobre a Especulação nos Mercados Financeiros (artigo nº 10/2010).

FINANÇAS PÚBLICAS – SUSTENTABILIDADE

- ❖ Working Group on Ageing Population and Sustainability do CPE da Comissão Europeia (AWG)
- ❖ Projeções para a dívida pública
- ❖ Efeitos da crise económica na sustentabilidade das finanças públicas

Ao nível do AWG (que teve 5 reuniões: fevereiro, março, junho, setembro e dezembro), contributos para:

- Elaboração do relatório conjunto com o Comité de Proteção Social *“Progress and key challenges in the delivery of adequate and sustainable pensions in Europe”*, *European Economy, Occasional Papers 71, November 2010*;
- Elaboração do relatório conjunto com a Comissão Europeia *“Joint Report on Health Systems”*, *European Economy. Occasional Papers 74, December 2010*;
- Conferência sobre o livro verde *“Towards adequate, sustainable and safe European pension systems”* e respetiva consulta pública.

Working Papers, apresentações e artigos

- Artigo: Caracterização do Serviço Nacional de Saúde, dezembro de 2010;
- *Policy paper*: Aceleração da convergência do regime de pensões da CGA com o regime geral da Segurança Social;

FINANÇAS PÚBLICAS – QUALIDADE

- ❖ O conceito de qualidade das finanças públicas abrange a análise da eficácia e eficiência da despesa pública, a análise da estrutura e eficácia da receita pública, o enquadramento orçamental e a qualidade do ajustamento orçamental
 - ❖ Orçamentação por Programas (OP)
 - ❖ Grupo de Trabalho para a Qualidade das Finanças Públicas, do Comité de Política Económica da Comissão Europeia (GTQFP)
-

Orçamentação por Programas

- Artigo “Gender Budgeting” (dezembro).

Grupo de Trabalho para a Qualidade das Finanças Públicas

- Participação em 3 reuniões, Bruxelas (fevereiro, maio, junho);
- Finalização do *Peer review* sobre a análise da eficiência e eficácia da despesa pública no Ensino Superior, com publicação do documento “Efficiency and effectiveness of public expenditure on tertiary education in the EU” da Comissão Europeia, *occasional paper* 70 (novembro).

O Grupo de Trabalho para a Qualidade das Finanças Públicas do Comité de Política Económica da União Europeia foi suspenso, a partir do segundo semestre de 2010.

Enquadramento Orçamental

- Atualização dos questionários da Comissão Europeia respeitantes a Portugal sobre regras orçamentais numéricas, instituições públicas independentes e quadros orçamentais de médio prazo (março).

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS/PROGRAMAS

- ❖ Coordenação do sistema de monitorização e publicitação dos prazos médios de pagamento das entidades públicas no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” (PTH)
-

Programa PTH

O PTH tem como objetivo reduzir os prazos médios de pagamento (PMP) das entidades públicas para níveis próximos dos padrões internacionais. O Programa do XVIII Governo Constitucional estabelece como meta reduzir os PMP para 30 dias, no final da legislatura.

- Em abril e setembro, o GPEARi efetuou a monitorização e publicitação dos PMP das entidades públicas, sendo a informação sobre os PMP reportada pela DGO, DGTF, ACSS e DGAL;
- Elaboração e envio de contributos para o MNE/DGAC sobre a nova Proposta de Diretiva Comunitária que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais;
- *Policy Paper* sobre o Balanço dos PMP das Entidades Públicas (ver secção estudos e *workshops*).

POLÍTICAS EUROPEIAS

- ❖ Questões orçamentais (Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: Procedimentos de Défices Excessivos e Programas de Estabilidade e Crescimento, entre outras)
 - ❖ Questões financeiras (Estabilidade e supervisão financeiras, gestão de crises, *stress tests*, pró-ciclicidade, jurisdições não cooperantes, mercado de derivados OTC, standards contabilísticos)
 - ❖ Questões fiscais (IVA: taxas reduzidas/mecanismo de autoliquidação/serviços postais, acordos antifraude, tributação dos rendimentos da poupança, cobrança de créditos fiscais, cooperação administrativa em matéria fiscal, imposto especial sobre o consumo de tabaco)
 - ❖ Questões estruturais (Estratégia de Lisboa pós 2010, alterações climáticas, emprego e mercado de trabalho, produto potencial, competitividade das economias europeias, questões estruturais e de convergência real nos países do alargamento)
 - ❖ Questões de financiamento internacional da luta contra as alterações climáticas (financiamento *fast start*)
-

No âmbito da União Europeia

- Preparação da participação do MFAP nas reuniões do Conselho ECOFIN e do Comité Económico e Financeiro; representação do MFAP nas reuniões do Comité de Política Económica (CPE), bem como nos subcomités do CEF e CPE; preparação de briefings e procedimentos escritos; contributos para os Conselhos Europeus; Participação na preparação comunitária de diversas reuniões ministeriais e Cimeiras do G20;
- Contributos no âmbito da Estratégia de Lisboa (processo de supervisão multilateral, preparação do Conselho Europeu da primavera, atualização das *country-specific recommendations*, avaliação de progresso na implementação do Programa Comunitário de Lisboa, outros contributos sobre aspetos de governação, objetivos e indicadores no âmbito da dimensão europeia da Estratégia de Lisboa);
- Trabalhos no âmbito da definição da Estratégia Europa 2020 incluindo reunião realizada em Lisboa (outubro de 2010) com a Comissão Europeia (DG-ECFIN), envolvendo vários ministérios e onde foram discutidos vários pontos da referida Estratégia com especial enfoque nos temas relacionados com a atividade do MFAP;
- Alterações climáticas: representação de Portugal no grupo de trabalho conjunto CEF-CPE relativo aos aspetos económicos e financeiros das alterações climáticas, no grupo de trabalho “Amigos da Presidência” relativo ao *burden sharing* da UE associado ao Financiamento das Alterações Climáticas, juntamente com a REPER, e representação de Portugal no Grupo de Trabalho do CPE sobre a dimensão económica da energia e alterações climáticas.

No âmbito do FMI/UE

- Participação na preparação comunitária de posições concertadas para apresentação no *Board* do FMI;
- Questionários e processos regulares da Instituição;
- Revisão das Quotas e reforma do *Executive Board*.

No âmbito da OCDE

- Contributos para reuniões do Comité Executivo em Sessão Especial, para a reunião Ministerial e para reuniões com representação a cargo de outros Ministérios;
- Participação em exames económicos no âmbito do *Economic and Development Review Committee*.

POLÍTICAS EUROPEIAS **INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS EUROPEIAS - BEI E CEB**

- ❖ Banco Europeu de Investimento (BEI)
 - ❖ Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB)
-

BEI

Gestão da relação institucional do Estado Português com o BEI

- Preparação das reuniões do Conselho de Administração (CA);
- Preparação de informações relativas à candidatura de projetos nacionais a empréstimos de financiamento do BEI, Emissão de “Acordos de Princípio” da República Portuguesa e votos escritos;
- Participação nas reuniões da Facilidade Euro Mediterrânica de Investimento e Parceria (FEMIP), bem como a preparação da participação do MFAP na Reunião Ministerial FEMIP;
- Participação nas reuniões da Facilidade de Investimento do BEI para os países da África, Caraíbas e Pacífico.

Questões de *governance*

- Nomeação de um novo Administrador do BEI por Portugal; Plano de Atividades para 2010-2012; entrada em vigor do Tratado de Lisboa e suas implicações no Regulamento, Estatutos e atividades do BEI; apoio técnico às discussões no CA sobre a revisão intercalar do mandato externo do BEI e decisão da Comissão a ela associada.

Empréstimo Quadro à República Portuguesa

- Participação no grupo de trabalho criado para a operacionalização do empréstimo quadro.

CEB

Gestão da relação institucional do Estado Português com o CEB

- Participação no processo de obtenção do empréstimo do CEB à empresa Parque Escolar EPE, com o objetivo de obter cofinanciamento para o projeto de modernização do parque escolar do ensino secundário em Portugal;
- Visita do Governador do CEB a Portugal;
- Gestão da relação institucional do MFAP com o MNE para a gestão do CEB (Acordos de Princípio e acompanhamento dos processos relativos a empresas Portuguesas).

Questões de *governance*

- Debate sobre a revisão estratégica do CEB e sobre o aumento de capital do CEB.

MERCADO INTERNO EUROPEU

- ❖ Estratégia para o Mercado Interno
 - ❖ Mercados e Serviços Financeiros
 - ❖ Direito das Sociedades
 - ❖ Mercados Públicos
 - ❖ Fiscalidade
 - ❖ Questões Aduaneiras
 - ❖ Auxílios de Estado
-

Em 2010 prosseguiram os trabalhos de coordenação e acompanhamento:

- Das negociações a nível da União Europeia e elaboração de documentos estratégicos no quadro do mercado interno europeu e sua relação com outras políticas transversais da UE. Destaque para a participação do GPEARI na Subcomissão da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE) dedicada às questões relacionadas com o mercado interno.
- Dos trabalhos técnicos de preparação da representação externa do MFAP na área dos mercados e serviços financeiros, com particular incidência nos desenvolvimentos ao nível dos mercados financeiros nacionais e europeus em termos de organização, regulamentação, supervisão e integração.

Destaque para a continuação do crescimento das solicitações nesta área, resultado, por um lado, da crise financeira, e, por outro, da participação ou colaboração² do GPEARI num número crescente de grupos de trabalho da Comissão e do Conselho, designadamente:

- Reuniões do Grupo Serviços Financeiros:
 - Negociação da proposta de Diretiva relativa a *Alternative Investment Fund Managers*, apresentada pela Comissão Europeia a 30 de abril de 2009 - 1ª reunião: julho de 2009; última reunião: outubro 2010 [Bruxelas];
 - Negociação de um conjunto de propostas legislativas, apresentadas pela Comissão Europeia a 23 de setembro de 2009, que servirão de base à criação de um novo enquadramento de supervisão financeira na União Europeia - “Pacote Supervisão” – 1ª reunião: setembro de 2009; última reunião: setembro 2010 [Bruxelas];
 - Negociação da proposta de revisão do Regulamento sobre Agências de Notação de Risco, apresentada pela Comissão Europeia a 2 de junho de 2010 - 1ª reunião: 21 junho de 2010 [Bruxelas];

² Dado o elevado número de propostas em negociação nesta área, o GPEARI não pode participar diretamente em todas as reuniões.

- Negociação da proposta de alteração da diretiva relativa aos Sistemas de Indemnização dos Investidores, apresentada pela Comissão Europeia a 12 de julho de 2010 - 1ª reunião: 27 de setembro de 2010 [Bruxelas];
- Negociação da proposta de alteração da diretiva relativa aos Sistemas de Garantia de Depósitos, apresentada pela Comissão Europeia a 17 de julho de 2010 - 1ª reunião: 13 de setembro de 2010 [Bruxelas];
- Negociação da proposta de revisão de conjunto de diretivas no que se refere à supervisão complementar das entidades financeiras de um conglomerado financeiro, apresentada pela Comissão Europeia a 16 de agosto de 2010 - 1ª reunião: 14 de setembro de 2010 [Bruxelas];
- Negociação da proposta de Regulamento sobre vendas a descoberto e aos *swaps* de risco de incumprimento, apresentada pela Comissão Europeia a 15 de setembro de 2010 - 1ª reunião: 5 de outubro de 2010 [Bruxelas];
- Negociação da proposta de Regulamento sobre Negociação de Instrumentos Derivados no Mercado de Balcão, apresentada pela Comissão Europeia a 15 de setembro de 2010 - 1ª reunião: 7 de outubro de 2010 [Bruxelas].
- *Government Expert Group on Retail Financial Services* (GEGRFS) – 1 reunião durante 2010 [Bruxelas].
- *Expert Group on Financial Integration Indicators* (“EFIR Expert Group”) – 1 reunião durante 2010 [Bruxelas].
- *EFC Ad Hoc WG on crisis management* - 8 reuniões durante 2010 [Bruxelas].
- *Market Infrastructures Member States Working Group*: 8 reuniões durante 2010 [Bruxelas].
- Comité dos Mercados Financeiros da OCDE: 2 reuniões durante 2010 [Paris].
- **Da participação do MFAP nas negociações a nível da União Europeia:**
 - Na área do direito das sociedades, mercados públicos, fiscalidade direta e indireta, matérias aduaneiras e de propriedade intelectual;
 - Em matéria de auxílios de Estado e o processo de notificação dos regimes de auxílios de Estado e de auxílios individuais e elaborar respostas à Comissão neste domínio em articulação com os demais serviços do Ministério.

Destaque para a continuação da colaboração do GPEARi com a SETF e o Gabinete MEF no que concerne à definição e monitorização das medidas de apoio ao setor financeiro nacional no âmbito da Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira (IREF), aprovada pelo Governo Português para combater os efeitos da crise financeira internacional, restabelecer a confiança dos agentes económicos e o normal funcionamento dos mercados, no contexto de um esforço concertado entre os vários estados-membros da União Europeia. Algumas destas medidas assumiram a forma de auxílios de Estado.

POLÍTICA EXTERNA EUROPEIA

- ❖ Comité de Política Comercial (ex Comité do Artigo 133)
 - ❖ Questões multilaterais (OMC)
 - ❖ Questões regionais e bilaterais:
 - na Europa (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais)
 - noutras áreas geográficas (África, Caraíbas e Pacífico, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente)
 - ❖ Política Europeia de Vizinhança
 - ❖ Processo ASEM
-

Em 2010 prosseguiram os trabalhos de coordenação e acompanhamento / dinamização:

- Da ação do MFAP em matéria de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da União Europeia;
 - Dos trabalhos com relevância para o MFAP desenvolvidos ao nível do Comité de Política Comercial (antigo Comité do Artigo 133), grupos de trabalho regionais, Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros organismos internacionais (por exemplo, OCDE); com destaque para a participação regular nos *clusters* de serviços da OMC, mais concretamente nas reuniões do Comité do Comércio de Serviços Financeiros, salientando-se, em particular, as discussões relativas (i) à crise financeira e seu efeito sobre o comércio de serviços financeiros e (ii) ao impacto dos desenvolvimentos tecnológicos na regulação e supervisão dos serviços financeiros;
 - Da divulgação junto dos serviços do MFAP de projetos de geminação de instituições e organização de visitas de estudo/deslocação de peritos no âmbito do TAIEX; com destaque para a participação do GPEARi na visita de estudo a Portugal de uma delegação turca sobre medidas preventivas contra o branqueamento de capitais e para o combate ao financiamento do terrorismo, que decorreu de 8 a 12 de novembro.
- Da participação do MFAP nas negociações comunitárias com vista ao alargamento da UE;
- Da participação do MFAP na definição e implementação de medidas no quadro da Política Europeia de Vizinhança, designadamente na participação do GPEARi em representação de Portugal nas reuniões do Comité Operacional e do Comité Estratégico da Facilidade de Investimento para a Vizinhança;
- Da participação do GPEARi em representação de Portugal nas reuniões do Comité Executivo do Fundo Fiduciário para as Infraestruturas em África.
 - Da participação do MFAP no processo ASEM sendo que, em 2010, o GPEARi representou Portugal na reunião de *deputies* ASEM Finanças e esteve envolvido na preparação da reunião dos Ministros das Finanças ASEM, que teve lugar em Madrid, a 17 e 18 de abril, assumindo a posição de *alternate* na referida reunião.

POLÍTICA LEGISLATIVA EUROPEIA

- ❖ Contencioso da União Europeia
- ❖ Pré-contencioso da União Europeia
- ❖ EU-Pilot
- ❖ SOLVIT
- ❖ Transposição ou aplicação da legislação União Europeia na ordem jurídica interna
- ❖ Sanções financeiras internacionais (SFI) e combate ao financiamento do terrorismo e ao branqueamento de capitais
- ❖ Convenções e protocolos

Em 2010 prosseguiram os trabalhos de coordenação e acompanhamento nesta área, sendo de salientar o volume muito significativo de solicitações em matéria de pré-contencioso e contencioso da União Europeia (*sendo vários os casos em que o GPEARi designou um agente nos processos do TJCE*), bem como a manutenção da tendência de crescimento das solicitações em matéria de sanções financeiras internacionais e combate ao financiamento do terrorismo e ao branqueamento de capitais (*relacionada com o facto de o GPEARi ser a entidade competente designada pelos regulamentos europeus para aplicação das SFI e de se verificar um incremento significativo de medidas restritivas adicionais*):

- **Contencioso da União Europeia:** Coordenação da intervenção do MFAP nos processos contenciosos nas áreas de competência deste Ministério, perante o Tribunal de Justiça UE – Ações por Incumprimento, Recursos de Anulação e Recursos Prejudiciais – e no Tribunal Geral;
- **Pré-contencioso comunitário:** Coordenação dos processos de pré-contencioso com a Comissão Europeia, em articulação com os organismos do MFAP, a DGAE/MNE e a REPER, assegurando resposta às Cartas de Notificação para Cumprir e Parecer Fundamentado;
- **EU-Pilot:** O procedimento Europeu “EU Pilot – A pilot for your problems under EC law” (COM 2007 502 final) tem como objetivo melhorar a aplicação do direito comunitário, de forma a melhor salvaguardar os interesses dos cidadãos e empresas, visando a resolução de problemas dos cidadãos de forma célere. Os pedidos de informação e as denúncias são examinados pelo serviço responsável da Comissão Europeia e transmitidos à autoridade do estado-membro em causa, acompanhados de todas as questões ou indicações identificadas pelo serviço. Está previsto um prazo geral de 10 semanas para o envio das respostas. O GPEARi reencaminha para os serviços competentes sob a tutela do MFAP e coordena as respostas aos pedidos apresentados no âmbito do EU-Pilot;
- **SOLVIT:** O SOLVIT é uma rede informal de resolução de problemas para auxiliar os cidadãos e as empresas da UE a exercer os seus direitos sempre que se deparem com uma eventual má aplicação das regras do Mercado Interno por parte das Administrações Públicas dos estados-membros de

acolhimento, isto é, quando residem ou querem fazer negócios num estado-membro que não aquele de onde são originários. O GPEARI coordena a resposta aos pedidos de informação e queixas de cidadãos e empresas da UE, reencaminhando a resposta ao Centro SOLVIT num prazo máximo de 10 semanas;

- **Transposição ou aplicação da legislação da União Europeia na ordem jurídica interna:** Coordenação e promoção da transposição das Diretivas comunitárias da responsabilidade do MFAP, em articulação com os respetivos organismos do Ministério, Secretarias de Estado (SEAF e SETF), Gabinete MEF, DGAE/MNE e REPER;
- **Sanções financeiras internacionais (SFI) e combate ao financiamento do terrorismo e ao branqueamento de capitais:** Coordenação e promoção da aplicação dos Regulamentos da União Europeia (UE) que estabelecem restrições aos movimentos de capitais e mercadorias, em especial, os relativos à luta contra o financiamento do terrorismo, bem como o acompanhamento das negociações dos Regulamentos UE e das Resoluções das Nações Unidas relativos às sanções financeiras internacionais, em especial, as relativas ao terrorismo internacional. O GPEARI continua a ser a entidade competente designada pelos Regulamentos UE para aplicação das SFI;
- **Convenções e protocolos:** Participação, em coordenação com outros organismos do MFAP, do MNE, e de outros Ministérios, na preparação da aprovação e ratificação de instrumentos convencionais (Tratados, Acordos e Protocolos), quando estão em causa matérias da competência do MFAP.

PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO

- ❖ Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS)
 - ❖ Coordenação do Grupo de Trabalho do CCAS (GT CCAS/rede GPEARi)
 - ❖ Conselho Coordenador das TIC do MFAP
 - ❖ Conselheiras para a Igualdade, em representação do MFAP
-

Avaliação do desempenho dos serviços

- Participação em uma reunião do CCAS (julho) e 3 reuniões de coordenação do GT CCAS (7 de janeiro, 11 de fevereiro e 26 de novembro); elaboração de vários contributos dos quais dois publicados no site da DGAEP (www.dgaep.gov.pt) e do CCAS (www.ccas.min-financas.pt);
- Elaboração do documento sobre linhas de orientação gerais sobre a avaliação dos serviços, no âmbito do GT CCAS (março);
- Elaboração do relatório de análise comparada do desempenho dos serviços do MFAP, em 2009. Por despacho do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, apenas a IGF foi distinguida por mérito.

Planos elaborados

- Plano para a Igualdade Cidadania e Género 2010-2012 do MFAP (julho).

Outros

- Contributos para o CC das TIC/MFAP (coordenação do IIMFAP);
- Participação em 5 reuniões do CC das TIC do MFAP;
- Elaboração do Código de Conduta do GPEARi sobre a avaliação dos serviços;
- Relatório de execução Plano para a Igualdade Cidadania e Género do GPEARi 2010-2012 (dezembro);
- Relatório de execução do Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, do GPEARi (dezembro).

PARTILHA DE INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

- ❖ Publicações regulares do GPEARi
 - ❖ Artigos e estudos
 - ❖ *Workshops*
-

Publicações regulares do GPEARi, de periodicidade infra-anual

- Acompanhamento de conjuntura (divulgação na internet).
Boletim Mensal da Economia Portuguesa, Indicadores de Conjuntura, Dossier de Indicadores de Conjuntura, Dossiers de Finanças Públicas – Portugal e Comparações Internacionais, Nota de Comércio Externo, Nota de empréstimos, Nota das Previsões das Instituições e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura.
- Boletim informativo da área internacional do GPEARi (cinco publicações).

Artigos, estudos (divulgação na internet ou intranet)

1. *Report on financial crisis management* (Comissão Europeia, EFC-Ad Hoc Working Group);
2. Competitividade, desequilíbrios da economia portuguesa e reformas estruturais (artigo n.º 5 e BMEP);
3. SNS - Caracterização e Desafios (artigo n.º 9 /2010);
4. Economia Portuguesa - Dados Estatísticos;
5. Banco Europeu de Investimento - Atividade na EU e em Portugal;
6. Algumas Considerações sobre a Especulação nos Mercados Financeiros (artigo nº 10/2010);
7. Mercado das Multilaterais Financeiras - n 12;
8. O papel dos *Trust Funds*: oportunidades e desafios - n 11;
9. Quadros Orçamentais Nacionais, publicado no BMEP 01|10, artigo n.º 1;
10. Documento sobre linhas de orientação gerais sobre a avaliação dos serviços;
11. Eficiência e Eficácia da Despesa Pública no Ensino Superior (BMEP n.º 4|10; artigo n.º 3). Destaque no Jornal Diário Económico, Suplemento Universidades, de 11 maio 2010, com entrevista às autoras (3 questões enviadas previamente pelo jornalista) que foi publicada na íntegra, sendo o título da notícia "Finanças pedem mais eficiência da despesa na Educação";
12. Composição da despesa pública e crescimento económico;
13. *Gender Budgeting* (publicado no site do GPEARi);
14. *Benchmarking* e melhorias de eficiência no setor público.

Policy Papers

15. Aceleração da convergência do regime de pensões da CGA com o regime geral da Segurança Social (incluído no OE2010), pela UPE;
16. Proposta de medidas de redução da despesa para o PEC com base no case study do Reino Unido, pela DSPCG. No PEC ficou contemplado um parágrafo semelhante à sugestão proposta (página 27);
17. Racionalização da despesa pública de B&S transversais à AP - Benckmarking das Unidades Ministeriais de Compras, pela DSPCG;
18. Balanço do Programa Pagar a Tempo e Horas 2008-2010, pela DSPCG;

19. Avaliação da poupança das famílias no contexto do financiamento da economia portuguesa e proposta de medidas a adotar (em colaboração com o Banco de Portugal)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – COOPERAÇÃO BILATERAL

- ❖ Cooperação técnica
 - ❖ Cooperação financeira
 - ❖ Cimeiras bilaterais/encontros de alto nível
-

Cooperação técnica

- Continuação da implementação das ações previstas nos PICATFin de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe;
- Revisão intercalar do PICATFin com Cabo Verde;
- Elaboração do relatório sobre balanço e perspetivas do PICATFin Angola;
- Acompanhamento da execução das ações previstas na Declaração de Lisboa, assinada na I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP;
- Gestão da execução das ações previstas no PICAT III Aduaneiro-CPLP e das previstas no PICAT IGF-CPLP;
- Participação na Comissão do Acordo de Cooperação Cambial e na Unidade de Acompanhamento Macroeconómico, responsáveis pela monitorização do funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde;
- Participação na Comissão do Acordo de Cooperação Económica e na Unidade de Acompanhamento Macroeconómico, responsáveis pela monitorização do funcionamento do Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe;
- Participação nas reuniões do Grupo de Apoio ao Orçamento de Cabo Verde;
- Colocação de gestores no terreno dos PICATFin Angola e São Tomé e Príncipe.

Cooperação financeira

- Acompanhamento da implementação das Linhas de Crédito e Empréstimos acordados com Angola, Bósnia Herzegovina, Cabo Verde, China, Marrocos, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Tunísia;
- Gestão dos acordos de reestruturação/cancelamento da dívida celebrados com Moçambique e São Tomé e Príncipe e elaboração de pontos de situação sobre a dívida da Guiné Bissau.

Cimeiras / Encontros de alto nível

- Apoio à participação de representantes do MFAP em cimeiras, visitas ou reuniões bilaterais (Espanha, Tunísia, Brasil, Timor Leste, Guiné Bissau, Marrocos, Angola, Moçambique, Cabo Verde e China).

Outros

- Participação no Exame da OCDE à cooperação portuguesa.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – MULTILATERAIS FINANCEIRAS

Preparação/participação em reuniões e elaboração de pareceres sobre diversas temáticas no âmbito da participação de Portugal nas seguintes Instituições/Fundos/Facilidades internacionais:

- ❖ Grupo do Banco Mundial (BM)
- ❖ Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD)
- ❖ Grupo do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD)
- ❖ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- ❖ Corporação Andina de Fomento (CAF)
- ❖ Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD)
- ❖ Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)
- ❖ Fundo Mundial para o Ambiente
- ❖ Fundo Comum de Produtos de Base (FCPB)
- ❖ *African Training Management Service*

- Acompanhamento das atividades e relações do MFAP com as instituições financeiras internacionais de desenvolvimento (IFID), designadamente os grupos do BM, do BAfD, do BID e o BAsD, bem como a CAF e o BERD. Este acompanhamento incluiu:
 - Negociação em processos de aumentos de capital e reconstituições de recursos das Instituições Financeiras Internacionais de que Portugal faz parte³;
 - Preparação da participação e/ou representação nacional nas reuniões anuais das Assembleias de Governadores do Grupo do BID (Cancún, março); Grupo do BAfD (Abidjan, maio); Grupo do BAsD (Tashkent, maio); BERD (Zagreb, maio); Grupo do Banco Mundial (Washington D.C., outubro) e Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Roma, fevereiro);
 - Tomada de posições por Portugal no Conselho de Administração (CA) e no Conselho de Governadores daquelas instituições no âmbito da delegação de competências na Diretora-Geral do GPEARi.
- Assegurar a manutenção da representação permanente de Portugal no CA do BAfD no seguimento da reforma daquele órgão;
- Presidir a reunião de países não regionais sobre o aumento geral de capital e vice-presidir as reuniões do grupo de contato para a reforma do CA do Banco;

³ Aumentos de capital do BIRD, BERD e BAfD; aumento geral de capital da SFI; 16.ª reconstituição de recursos da AID; 5.ª reconstituição de recursos do Fundo Mundial para o Ambiente; 12.ª reconstituição de recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento; aumento geral de recursos do BID; reconstituição de recursos do Fundo Especial de Operações; 8.ª reconstituição de recursos do FIDA e entrada de Portugal no capital da CAF.

- Abertura e participação, em representação de Portugal, no seminário conjunto Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento-Martifer, na Bulgária, sobre energias renováveis, financiado pelo GPEARI via Fundo de Cooperação Técnica de Portugal junto daquele Banco;
- Lançamento e dinamização da Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras (reuniões em abril e dezembro) e operacionalização e participação permanente no Grupo de Trabalho conjunto GPEARI-aicep Portugal Global para o acompanhamento do mercado das multilaterais financeiras; Criação, de um *site* monográfico dedicado ao mercado das multilaterais financeiras, bem como ao respetivo Mecanismo de Acompanhamento, no portal da aicep Portugal Global;
- Atribuição a Portugal da organização das reuniões anuais das Assembleias de Governadores do Grupo do BAfD em 2011; trabalhos de preparação da organização da Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Grupo do BAfD em 2011, e preparação da Presidência portuguesa do Comité Consultivo de Governadores e da Assembleia de Governadores entre maio de 2010 e maio de 2011;
- Inclusão de um grupo de trabalho sobre Estados Frágeis dentro dos grupos de trabalho a serem constituídos no âmbito da 16.ª reconstituição de recursos da AID;
- Reforço dos Fundos de Cooperação Técnica de Portugal junto do BERD e do BAfD;
- Elaboração de propostas de Resolução do Conselho de Ministros (subscrição de capital na CAF, no BASD e no BAfD);
- Promoção da redação e publicação num jornal de referência e de tiragem nacional de um artigo sobre o mercado das multilaterais financeiras (artigo de duas páginas publicado na edição do Diário Económico de 25 de outubro);
- Preparação e representação nacional nas reuniões da primavera (abril) e *Donor Forum* (junho) do Grupo do BM e acompanhamento do processo de reforma da Voz e Participação dos países em Transição e Desenvolvimento no seio das instituições do Grupo do BM, incluindo participação nas reuniões dos *Development Committee Deputies*;
- Representação nacional nas reuniões do *Donor Forum* e de países não-regionais do BID (Finlândia, janeiro de 2010);
- Divulgação e aprofundamento da colaboração entre Portugal e a CAF, com especial relevo para o evento inicial de apresentação da CAF em Portugal, de cariz institucional e empresarial, que contou com a presença do Presidente, Vice-Presidentes e *Chief Economist* da instituição, bem como a publicação no Diário Económico e a emissão no Diário Económico TV de uma entrevista ao Presidente da CAF;
- *Business Opportunities Seminars* e/ou *Outreaching Missions* da CAF, BASD e BID;
- Colocação, em mobilidade externa, de duas técnicas do GPEARI, uma no BASD, no departamento do Pacífico, do qual faz parte Timor-Leste, e outra na CAF;
- Colocação externa de um técnico no BID;
- Preparação de notas de apoio à intervenção dos representantes nacionais e à definição da política do MFAP nas reuniões do Conselho ECOFIN e do Comité Económico e Financeiro, bem como respetivos subcomités, nas temáticas multilaterais.

RECURSOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- ❖ Gestão de recursos
 - ❖ Sistemas de informação
-

Gestão de recursos

- Entrada em modo de produção do GeRFIP;
- Elaboração do Manual de Procedimentos da DSRSI;
- Elaboração de relatórios de reporte orçamental para os dirigentes intermédios e superiores;
- Elaboração de contributos para a definição da nova imagem do GPEARi;
- Continuação da implementação de medidas de inovação de processos e compras ecológicas.

Sistemas de informação

- Colocação do sistema piloto de helpdesk para a DSRSI em fase de produção e testes de aceitação;
- Disponibilização de ligações VPN para todos os colaboradores;
- Implementação do acesso externo à Intranet, aos colaboradores do GPEARi;
- Desenvolvimento e melhoria da adequação a normas de Gestão Documental do Centro de Documentos do GPEARi;
- Continuação dos trabalhos de reformulação da Internet e Intranet do GPEARi;
- Alargamento da aplicação do GeADAP;
- Desenvolvimento das áreas de trabalho do/no Sharepoint.

Quadro 8. Atividades da Unidade de Política Económica

ACTIVIDADES DA UPE			2010	
			Planeado	Realizado
ACTIVIDADES PROGRAMADAS				
A1 - Elaborar contributos para a definição de políticas internas em pelo menos 2 áreas	A1.1	Contributos para a definição e implementação de estratégias de saída, orçamentais e financeiras, para a definição e implementação da Estratégia UE 2020 e para o reforço da supervisão e regulação financeiras	2	3
A2 - Elaborar contributos para documentos de política económica	A2.1	Contributos para as GOP, OE e Conta Geral do Estado; elaboração do PEC e do ROPO	7	5
A3 - Atualizar os instrumentos de acompanhamento da conjuntura	A3.1	Boletim Mensal de Economia Portuguesa (BMEP)	12	12
	A3.2	Cadernos e sínteses informativas, por áreas temáticas: previsões, finanças públicas, comércio externo...	33	64
A4 - Elaborar contributos em resposta a solicitações externas	A4.1	Emissão de pareceres e notas de informação, preparação de discursos e intervenções públicas sobre temáticas relacionadas com a Economia Portuguesa	6	3
	A4.2	Contributos no âmbito de relatórios de outros organismos e instituições internacionais (artigo IV do FMI, questionários OCDE, agências rating)	11	18
A5 - Elaborar "Policy Papers"	A5.1	"Policy Papers"	2	2
A6 - Representar o MFAP/GPEARI em reuniões diversas	A6.1	Conselho Económico e Social (GOP, OE)	2	3
	A6.2	INE - Conselho Superior de Estatística: Sessões Permanentes; Grupo de Trabalho das Contas Nacionais e Regionais; Grupo de Trabalho sobre Relações Económicas com o Exterior; Grupo de Trabalho sobre Estatísticas Monetárias e Financeiras	9	5
	A6.3	Outros (Instituto de Defesa Nacional, Conselho Superior do Desporto, Observatório da Construção)	5	
A7 - Elaborar pareceres, notas de informação e participar em reuniões	A7.1	Conselho Europeu, ECOFIN e Eurogrupo; Briefings com as Embaixadas; Comité Económico e Financeiro Principais (CEF) e Alternates (CEF-Alternates); Comité de Política Económica (CPE); Conselho Europeu	57	68
	A7.2	Sub-comité do FMI e Questões Afins (SCIMF)	5	9
	A7.3	Grupos de Trabalho "Amigos da Presidência" sobre burden sharing do financiamento das Alt. Climáticas e Grupo de Trabalho CEF-CPE Energia e Alterações Climáticas	6	5
	A7.4	Grupo dos serviços financeiros; EFIR (Grupo de Trabalho do Conselho); Financial Services Committee; Derivatives and Market Infrastructures Member States WG; Securities Law Directive Member States WG	23	31
	A7.5	Grupos de Trabalho CPE:		
	A7.5.1	Country-Review Working Group; Grupo de Trabalho do UIME	5	4
	A7.5.2	EFC Ad Hoc WG on Crisis Management	3	
	A7.5.3	Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População (AWG); Grupo de Trabalho do	11	7
	A7.8	OCDE		
	A7.8.1	Comité de Política Económica da OCDE e Comité Executivo Sessão Especial	4	1
	A7.8.2	Country-review; Grupo de Trabalho Nº1; Grupo de Trabalho de Previsões de Curto Prazo	1	4
	A7.8.3	Comité dos Mercados Financeiros	2	2
	A7.8.4	Outros: Reunião Ministerial; Outras reuniões	12	
	A7.9	GEGFRS (Government Expert Group on Retail Financial Services)	2	1
	A7.10	BEI (Conselho de Administração; Conselho de Governadores)	11	11
	A7.11	CEB (Conselho de Administração; Acordos de princípio; Visitas de Membros do Banco; Acompanhamento de Processos de Empréstimo; Reuniões com beneficiários)	8	12
	A7.12	Network of Public Finance Economists in Public Administration; Reuniões Ministeriais EUROMED e ASEM; Outras reuniões internacionais; Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE) e Subcomissão para o Mercado Interno; e Outras reuniões de coordenação interministeriais e intraministeriais	2	94
A8 - Acompanhar a Política Europeia. Emitir pareceres e garantir o fluxo de informação entre os organismos do MFAP e exteriores ao MFAP	A8.1	Mercado Interno Comum (ex-PNACE, ...)	*	629
	A8.2	Legislação Comunitária		
	A8.3	Política Externa Europeia (Estratégia de Lisboa; Questões relacionadas com o euro; Questões FMI; Outros)		
A9 - Elaborar documentos para publicação	A9.1	Artigos, working papers e publicação Economia Portuguesa	5	6
A10 - Desenvolver/promover iniciativas de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MFAP	A10.1	Workshops/seminários		3
Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta		Percentagem de respostas e ações concluídas fora de prazo	[4%;4,5%]	0,7%
Total			246	373
Taxa de execução das actividades programadas			152%	
ACTIVIDADES NÃO PROGRAMADAS				
A7 - Elaborar pareceres, notas de informação e participar em reuniões		Reuniões com Secretário de Estado da PCM, no âmbito do programa Simplegis	-	2
		BEI Contributos diversos	-	9
		CEB contributos diversos	-	10
		OCDE Exame económico a Portugal; e a Luxemburgo	-	2
		Contributos para área Ambiente (OCDE exame ambiental a Portugal e outros)	-	2
Formação em avaliação legislativa, com participação de 2 colaboradores		Pedidos de outros ministérios e de embaixadas e outros	-	47
		Curso de avaliação legislativa na Universidade de Lisboa (no total de 40 horas)	-	1
		Oficinas de legislação SIMPLEGIS	-	2
		Seminários e colóquios	-	3
Total			-	78

*Quando da elaboração do Plano de Atividades de 2010 não foi feita qualquer previsão sobre esta atividade.

Quadro 9. Atividades da Direção de Serviços de Cooperação e Instituições

ACTIVIDADES DA DSCI			2010	
			Planeado	Realizado
ACTIVIDADES PROGRAMADAS				
A1 - Reforçar a ligação entre as multilaterais financeiras e as empresas portuguesas	A1.1	Business Opportunities Seminar CAF e visita do Presidente	1	1
	A1.2	Business Opportunities Seminar BID	1	1
	A1.3	Business Opportunities Seminar BASD	1	1
A2 - Preparar e participar em reuniões bilaterais	A2.1	Cimeiras (II Cimeira Luso-Tunisina; XXV Cimeira Luso-Espanhola; XI Cimeira Luso-Marroquina; X Cimeira Luso-Brasileira)	4	4
	A2.2	Visitas (PM a Moçambique; MEF a Timor-Leste)	2	1
	A2.3	ACC Cabo Verde e ACE São Tomé e Príncipe	4	5
	A2.4	Pontos de situação sobre a cooperação bilateral	8	11
	A2.5	Outros (acompanhamento das acções da Declaração de Lisboa assinada pelos Ministros Finanças da CPLP; pontos de situação da utilização das Linhas de Crédito e Empréstimos acordados com Angola, Bósnia Herzegovina, Cabo Verde, China, Marrocos, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Tunísia)	2	2
A3 - Preparar e participar em reuniões multilaterais, bem como informações, pareceres, votos e discursos	A3.1	Mandato externo do BEI (CA, FEMIP, FI ACP, NIF, TF Infraestruturas)	19	14
	A3.2	Grupo BM; Grupo BID; Grupo BAfD; Grupo BASD; BERD; CAF; GEF; FIDA; FCPB; FCPB; ATMS)	36	79
	A3.3	Eficiência e eficácia da ajuda no âmbito da OCDE	1	1
	A3.4	Encontro Administradores portugueses IFIs	1	
	A3.5	SCIMF/CEF/ECOFIN	2	2
A4 - Divulgação externa das actividades da DSCI	A4.1	Artigo sobre Mercado Multilaterais Financeiras (em substituição do art. sobre possíveis melhorias do indicador utilizado para medir o retorno associado à participação de Portugal nas IFIs)	1	1
	A4.2	Artigo sobre o papel dos trust funds - oportunidades e desafios (em substituição do artigo dedicado a uma análise crítica das avaliações intercalares realizadas aos PICATFin)	1	1
	A4.3	Elaboração e divulgação da newsletter da área internacional do GPEARI	6	5
A5 - Gestão da execução das acções programas nos PICAT	A5.1	PICATFin com Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor-Leste	[40%;50%]	47%
	A5.2	PICAT III Aduaneiro-CPLP e PICAT IGF-CPLP	[85%;95%]	100%
A6 - Iniciativas bilaterais que promovam a cooperação com os países prioritários da cooperação portuguesa	A6.1	Avaliação final do PICATFin Angola e Guiné Bissau	2	1
	A6.2	Elaboração do PICATFin Timor-Leste e assinatura do Programa (não houve decisão política para a assinatura)	2	1
	A6.3	Participação no Grupo de Apoio ao Orçamento Cabo Verde	2	1
	A6.4	Revisão intercalar do PICATFin com Cabo Verde	1	1
	A6.5	Colocação dos Gestores do PICATFin Angola, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (não houve decisão)	3	2
A7 - Iniciativas bilaterais que promovam um maior grau de internacionalização da economia nacional	A7.1	Assinatura da Linha de Crédito com Timor-Leste	1	0
	A7.2	Assinatura da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o Rendimento entre Portugal e Timor-Leste	1	
A8 - Iniciativas multilaterais que promovam a cooperação com os países prioritários da cooperação portuguesa	A8.1	RCM subscrição aumento capital BASD por parte PT	1	1
	A8.2	Portugal ser seleccionado para organizar RA BAfD 2011 em PT	1	1
A9 - Iniciativas multilaterais que promovam um maior grau de internacionalização da economia nacional	A9.1	Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras (MAMMF): operacionalização do Grupo de Trabalho, operacionalização da Comissão de Acompanhamento e reunião anual de Administradores e outros representantes nacionais, dedicada ao MAMMF	3	3
	A9.2	RCM subscrição de capital da CAF por parte PT e Reforço TF BAfD	2	2
	A9.3	Participação seminário BERD-Martifer sobre energias renováveis, financiado por GPEARI	1	1
	A9.4	Participação seminário FEMIP sobre energias renováveis	1	1
	A9.5	Reforço TF BERD	1	1
	A9.6	Colocação de técnicos no BASD, BID e CAF	3	3
	A9.7	Promover a redacção num jornal de referência e de tiragem nacional de um artigo sobre o mercado das multilaterais financeiras ou sobre uma IFI	1	1
Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta		Porcentagem de respostas e acções concluídas fora de prazo	[4%;4,5%]	1,1%
Total			116	149
Taxa de execução das actividades programadas			128%	
ACTIVIDADES NÃO PROGRAMADAS				
A2 - Preparar e participar em reuniões bilaterais	A2.2	Visita MEF a Angola	-	1
A7 - Iniciativas bilaterais que promovam um maior grau de internacionalização da ec.nacional		Constituição de um Secretariado Técnico Permanente Ministeriais CPLP (ponto focal Angola e Portugal).	-	1
A9 - Iniciativas multilaterais que promovam um maior grau de internacionalização da economia nacional		Manter representação permanente PT no CA BAfD;	-	1
		Presidência da reunião de países regionais sobre GCI BAfD	-	1
		Apresentação aos examinadores do CAD-OCDE e observadores à cooperação portuguesa sobre práticas MFAP ao nível do relacionamento com IFIs, linhas de crédito e ajuda desligada	-	1
		Criação de grupo de trabalho sobre Estados Frágeis no âmbito do IDA-16.	-	1
Total			-	6

Quadro 10. Atividades da Direção de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão

ACTIVIDADES DA DSPCG			2010	
			Planeado	Realizado
ACTIVIDADES PROGRAMADAS				
A1 - Coordenar o sistema de monitorização dos PMP	A1.1	Monitorização e publicitação dos prazos médios de pagamento (PMP) das entidades públicas	2	1
A2 - Medidas de Política transversais	A2.1	Elaboração do Plano Ministerial para a Igualdade	1	1
	A2.2	Elaboração do relatório de execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas do GPEARI	1	1
A3 - Elaborar contributos para documentos de política económica	A3.1	Contributos para o Relatório do Orçamento do Estado	2	3
	A3.2	Elaboração de relatórios de monitorização de avaliação de políticas/programas	4	3
	A3.3	Elaboração de relatórios de monitorização dos PMP	3	3
A4 - Elaborar documentos de suporte à formulação e condução de políticas do MFAP	A4.1	Elaboração do PEMFAP	1	
	A4.2	Contributos para o CC das TIC do MFAP	2	1
	A4.3	Relatório final de avaliação do desempenho dos serviços do MFAP - 2009	1	1
	A4.4	Relatórios de monitorização do desempenho dos serviços do MFAP - QUAR 2010	2	2
	A4.5	Documentos de orientação técnica para o CCAS e para o GTCCAS	4	4
A5 - Participar em reuniões e preparação de contributos no âmbito da representação institucional do MFAP	A5.1	Grupo de Trabalho sobre a Qualidade das Finanças Públicas (CPE/CE)	4	3
	A5.2	Conselho Coordenador das TIC no MFAP	2	5
	A5.3	Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e Grupo de Trabalho sobre a Inclusão Social	1	11
	A5.4	Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa	1	1
	A5.5	Comissão de Acompanhamento do projecto "Avaliação da eficácia e eficiência das políticas para a deficiência"	6	6
A6 - Elaborar estudos e artigos	A6.1	Artigos	4	5
	A6.2	Documento "Avaliação dos serviços - Linhas de Orientação Gerais"	1	1
A7 - Elaboração de instrumentos de gestão do GPEARI	A7.1	Relatório de auto-avaliação do GPEARI - 2009	1	1
	A7.2	QUAR 2010 e Plano de Actividades 2010	1	1
	A7.3	Plano Estratégico do GPEARI, QUAR 2011 e Plano de Actividades para 2011	1	1
	A7.4	Elaboração de relatório de execução do Plano para a Igualdade do GPEARI	1	1
	A7.5	Elaboração do código de conduta do GPEARI	1	1
A8 - Reuniões de coordenação e acompanha-mento periódico dos trabalhos da DS	A8.1	Reuniões de coordenação	3	3
A9 - Prosseguir com a candidatura ao programa das Nações Unidas "Public Services Award"	A10.1	Fornecer os elementos adicionais solicitados (cartas de referência e dois documentos sobre a iniciativa em concurso)	2	1
Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de		Percentagem de respostas e acções concluídas fora de prazo	[4%;4,5%]	1,9%
Total			52	61
Taxa de execução das actividades programadas			117%	
ACTIVIDADES NÃO PROGRAMADAS				
A5 - Participar em reuniões e preparação de contributos no âmbito da representação institucional do MFAP		Reuniões com Secretário de Estado da PCM, no âmbito do programa Simplegis	-	3
A6 - Elaborar estudos e artigos		Policy papers	-	3
A10 - Desenvolver/promover iniciativas de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MFAP		Apresentações sobre o sistema de avaliação dos serviços da AP a delegações internacionais a 3 delegações estrangeiras.	-	1
		Apresentação sobre Caracterização da Organização do Estado, no GPEARI.	-	1
Formação em avaliação legislativa		Curso de avaliação legislativa na Universidade de Lisboa (no total de 40 horas)	-	1
		Oficinas de legislação SIMLEGIS	-	2
		Seminários e colóquios	-	3
Total			-	14

Quadro 11. Atividades da Direção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação

ACTIVIDADES da DSRSI			2010	
			Planeado	Realizado
ACTIVIDADES PROGRAMADAS				
A1 - Garantir melhores condições de deslocação dos colaboradores	A1.1	Pagar os abonos de ajudas de custo até um dia antes do início da respectiva deslocação	1	1
A2 - Garantir o cumprimento dos prazos	A2.1	Responder às solicitações (internas e externas) nos termos dos prazos indicados	1	1
	A2.2	Responder às solicitações (internas e externas) nos termos legalmente definidos (CPA e outros)	1	1
	A2.3	Elaborar planos mensais de actividades da DSRSI	12	
A3 - Garantir adequados sistemas de comunicação	A3.1	Implementar sistemas de <i>helpdesk</i> para as unidades orgânicas	1	
	A3.2	Estabelecimento de ligações VPN para todos os colaboradores	1	1
	A3.3	Implementar o acesso externo à Intranet, aos colaboradores do GPEARi	1	1
	A3.4	Implementar sistema de gestão documental na modalidade de serviços partilhados da AP	1	
A4 - Melhorar os sistemas de controlo, avaliação e acompanhamento internos	A4.1	Elaborar o Manual de Procedimentos da DSRSI	1	1
	A4.2	Implementação do Plano para a Igualdade da Cidadania e do Género	1	
A5 - Potenciar a utilização dos recursos Web	A5.1	Criação do grupo de trabalho de gestão de conteúdos da Web	1	1
	A5.2	Elaboração do Manual de Gestão de Conteúdos da Web	1	1
	A5.3	Acompanhamento da implementação do Manual de Gestão de Conteúdos da WEB	8	8
A6 - Melhorar o rigor da gestão orçamental	A6.1	Elaborar mapas de consumos mensais por unidade orgânica	11	
	A6.2	Elaborar relatórios trimestrais de execução orçamental por unidade orgânica para reporte	3	3
	A6.3	Avaliar o Manual de Procedimentos da DSCI, no que respeita às regras definidas para a despesa	2	1
	A6.4	Elaborar planos trimestrais de deslocações	3	
A7 - Promover a sustentabilidade ambiental e medidas de redução da despesa	A7.1	Elaborar a brochura "Boas práticas ambientais no GPEARi"	1	
	A7.2	Criação do prémio "O colaborador do mês"	1	
Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta		Percentagem de respostas e acções concluídas fora de prazo	[4%;4,5%]	6,9%
Total			52	20
Taxa de execução das actividades programadas			38%	

IV. Análise da Perspetiva de Género no GPEARi

Plano de Igualdade

O Relatório de Execução do Plano para a Igualdade, Cidadania e Género 2010-2012 do GPEARi foi apresentado a 21 de dezembro de 2010, com o propósito de aferir os progressos realizados na política de promoção da igualdade de género no serviço, averiguando-se a implementação das ações do referido plano no ano de 2010.

Das 11 medidas ou ações planeadas, 6 foram concluídas até dezembro de 2010, enquanto as restantes se encontram por concluir.

Medidas concluídas:

- Ação 1. Incorporar nos planos e relatórios de atividades uma secção com análise da perspetiva de género no GPEARi;
- Ação 3. Elaborar (e disponibilizar na intranet do GPEARi) um glossário para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens;
- Ação 4. Elaborar (e disponibilizar) um código de conduta que garanta o respeito pela dignidade das mulheres e dos homens no local de trabalho;
- Ação 5. Implementar medidas e ações no âmbito da igualdade entre mulheres e homens, designadamente ações de formação;
- Ação 6. Elaborar o Plano para a Igualdade do MFAP;
- Ação 10. Incluir, no inquérito de satisfação dos colaboradores, uma questão sobre a igualdade entre homens e mulheres, a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a proteção da maternidade e paternidade.

Medidas não concluídas:

- Ação 2. Elaborar o plano estratégico do GPEARi, com inclusão de objetivos explícitos e mensuráveis relacionados com igualdade de género;
- Ação 7. Elaborar (e divulgar na intranet) o plano de formação do GPEARi, tendo presente o princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens;
- Ação 8. Criar um espaço na intranet do GPEARi para sugestões e dúvidas relacionadas com a igualdade entre homens e mulheres, a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a proteção da maternidade e paternidade;
- Ação 9. Elaborar (e disponibilizar) um boletim informativo sobre os direitos e deveres dos trabalhadores/as, incluindo assuntos de igualdade e não discriminação em função do sexo, maternidade e paternidade.

Por orientações superiores da Diretora-Geral do GPEARI, foi decidida a não elaboração do Plano Estratégico em 2011, já que tal trabalho também haveria sido suspenso a nível do MFAP, o que inviabilizou a concretização da ação 2.

As ações 7 a 9 não se concretizaram devido à ocorrência de situações atípicas como a ausência prolongada da diretora de serviços da área (particularmente todo o 2º semestre) e à necessidade de resolução de situações não previstas, que se revelaram prioritárias.

Como consequência, o objetivo estratégico de tornar o GPEARI um organismo líder nas questões de igualdade de género não atingiu a meta intercalar estipulado para 2010. De facto, o resultado obtido no diagnóstico da igualdade teve uma variação pouco significativa, mantendo a classificação qualitativa inicial de Insuficiente, facto que terá de ser corrigido ao longo de 2011.

A ação 11 propõe-se implementar medidas adicionais para suprir as insuficiências detetadas no auto diagnóstico até dezembro de 2012, não tendo um plano de ação definido para 2010.

Recursos Humanos

De acordo com os indicadores apresentados no anexo A4 com dados do Balanço Social do GPEARI, verificou-se uma evolução favorável em alguns aspetos da perspetiva de género, nomeadamente:

- A taxa de feminização passou de 70,5%, em 2009, para 65,9% em 2010, apresentando portanto uma evolução positiva. O índice de envelhecimento melhorou, devido à saída para aposentação de 2 colaboradoras;
- A taxa de absentismo dos colaboradores homens aumentou, devido ao gozo da licença de paternidade.

V. Conclusões prospetivas

À semelhança de 2009, o ano de 2010 foi bastante exigente, não só devido a esforços acrescidos no apoio à definição, conceção e monitorização de políticas económicas e na coordenação das relações internacionais no âmbito do Ministério, como também no acompanhamento da definição e implementação de políticas económicas a nível da União Europeia, na análise da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes no controlo da política orçamental e, ainda, pelo reforço da ligação do GPEARI aos restantes serviços do MFAP, no âmbito das suas competências em matéria de promoção da qualidade das finanças públicas, incentivando a competência, as boas práticas e a sua disseminação, em particular no que diz respeito à promoção da racionalização da despesa pública.

Neste contexto de grande exigência, continuam a colocar-se alguns desafios ao GPEARI, no sentido de manter a prontidão e a qualidade dos serviços prestados e da informação produzida.

De facto, a informação disponível deixa antever que o ano de 2011 seja um ano extremamente exigente, em várias das áreas de atuação do GPEARI. As carências que ainda caracterizam este gabinete, designadamente em matéria de recursos humanos, poder-se-ão tornar assim mais patentes, pondo em causa a plena prossecução dos objetivos fixados e afetando a motivação dos próprios colaboradores.

De referir a integração de 7 estagiários no GPEARI, durante o ano de 2010, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central desde julho de 2010, que tem vindo a contribuir de forma bastante positiva para o desempenho do Gabinete, colmatando a acima referida escassez de recursos humanos em algumas áreas do GPEARI. Há, porém, que ter presente que esta não é uma solução estrutural, dado o carácter temporário do programa em questão.

Assim, a preocupação referida nesta mesma secção do Relatório de Atividades de 2009 mantém-se válida, sendo neste momento premente dotar o GPEARI de recursos humanos e técnicos capazes de garantir a qualidade dos serviços prestados e da informação produzida, num ano que se prevê particularmente exigente, e acelerar o reforço da requalificação dos recursos existentes através da frequência de ações e de cursos de formação.

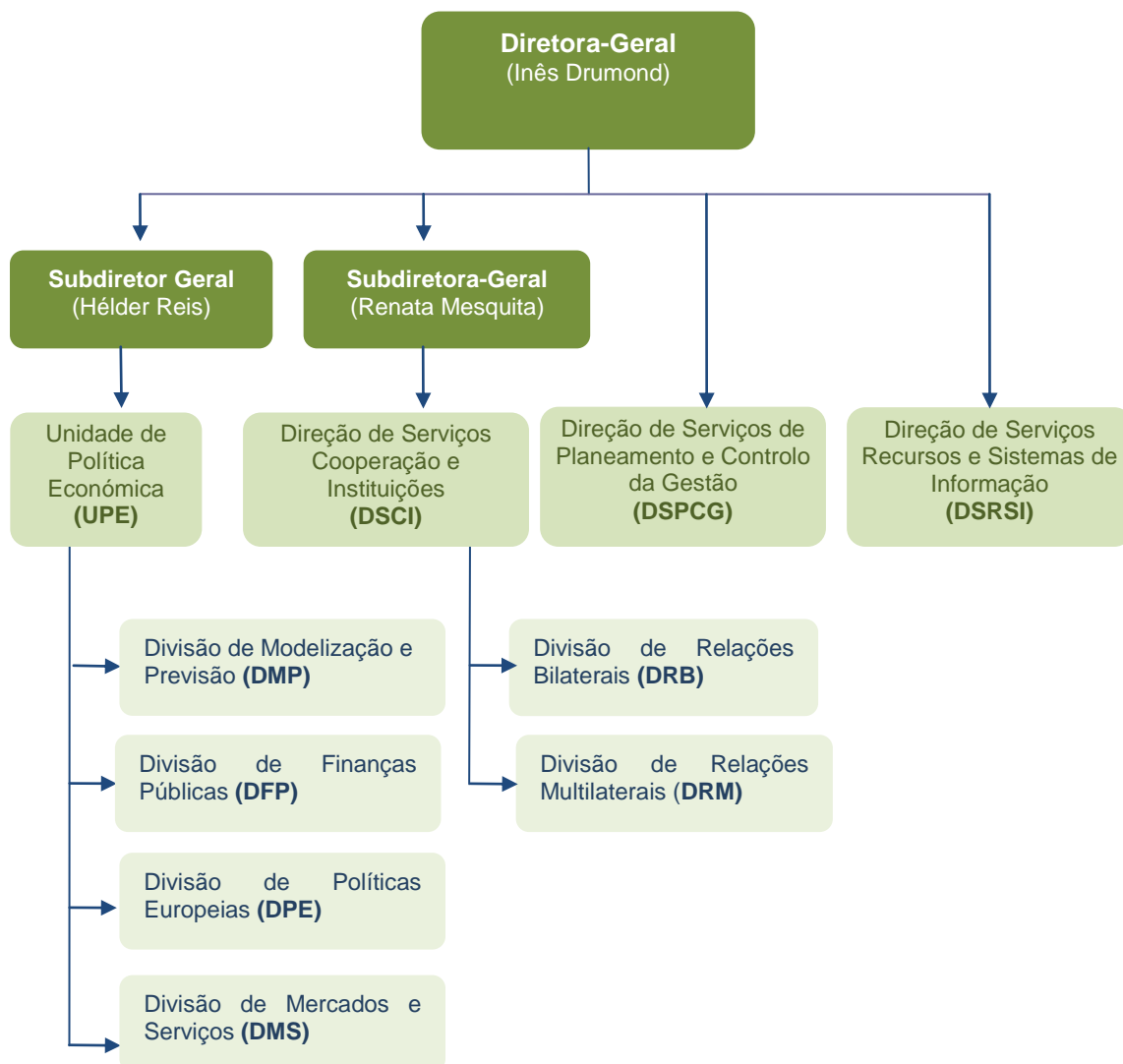
ANEXOS

Lista de Acrónimos

ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
AICEP Portugal Global	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ANCP	Agência Nacional de Compras Públicas
ASEM	<i>Asia-Europe Meeting</i>
AWG	Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAoD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BMEP	Boletim Mensal de Economia Portuguesa
CAF	Corporação Andina de Fomento
CC	Conselho Coordenador
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DFP	Divisão de Finanças Públicas
DGAC	Direção-Geral dos Assuntos Comunitários
DGCI	Direção-Geral dos Impostos
DGAL	Direção-Geral da Administração Local
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DG ECFIN	Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DMP	Divisão de Modelização e Previsão
DMS	Divisão de Mercados e Serviços
DPE	Divisão de Políticas Europeias
DRB	Divisão de Relações Bilaterais
DRM	Divisão de Relações Multilaterais
DSCI	Direção de Serviços de Cooperação e Instituições
DSPCG	Direção de Serviços de Planeamento e Controlo da Gestão
DSRSI	Direção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EIPA	European Institute of Public Administration
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEI	Fundo Europeu de Investimento
FEMIP	Facilidade Euro-Mediterrânica para o Investimento e Parcerias

FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GERFIP	Gestão Partilhada de Recursos Financeiros da Administração Pública
GMEF	Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças
GOP	Grandes Opções do Plano
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GSEAF	Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
GSEAP	Gabinete do Secretário de Estado e da Administração Pública
GSEAO	Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento
GSETF	Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
IIE	Iniciativa para o Investimento e o Emprego
IIMFAP	Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IPSS	Instituições Particulares Sem fim Lucrativo
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LIME	<i>Lisbon Methodology</i>
MEID	Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PEMFAP	Plano Estratégico para o Ministério das Finanças e da Administração Pública
PICAT	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PICATFin	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PTH	Pagar a Tempo e Horas
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
ROPO	Relatório de Orientação da Política Orçamental
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
TAIEX	Technical Assistance and Information Exchange
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UMC	Unidade Ministerial de Compras
UPE	Unidade de Política Económica
VPN	<i>Virtual Private Network</i>

A1. Organograma do GPEARI – 2010



A2. QUAR do GPEARI – 2010

ANO: 2010

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

MISSÃO: garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, directamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do MFAP.

VISÃO: Seremos uma plataforma de conhecimento para o apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas.

Objectivos Estratégicos

OE 1: Contribuir para a concepção e concretização dos objectivos de política económica do MFAP e para a sua monitorização

OE 2: Potenciar a partilha de informação e do conhecimento

OE 3: Potenciar o retorno associado à Ajuda Pública ao Desenvolvimento

Objectivos Operacionais

Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Valor Crítico	Peso	2010		Classificação
						Realizado	Taxa de Realização (%)	
EFICÁCIA								50,0%
O1. Concretizar iniciativas com impacto nas políticas públicas e na sua monitorização							Ponderação:	25,0%
Ind 1. Número de iniciativas cujos objectivos foram alcançados			[2;3]	5	100%	3	100,0%	Atingiu
O2. Garantir o apoio técnico à formulação de políticas, prioridades e objectivos do MFAP							Ponderação:	25,0%
Ind 2. Nº de documentos técnicos elaborados de suporte à formulação e monitorização das políticas e à representação institucional do MFAP	256	389	[380;420]	450	60%	443	121,5%	Superou
Ind 3. Nº de "Policy Papers" elaborados		1	3	5	40%	5	125,0%	Superou
O3. Promover uma rede interactiva de informação e conhecimento							Ponderação:	25,0%
Ind 4. Nº de documentos publicados, de entre artigos e estudos	9	15	12	20	50%	14	106,3%	Superou
Ind 5. Nº de iniciativas de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MFAP	2	4	[3; 5]	10	50%	7	112,5%	Superou
O4. Aumentar a eficácia da APD e da participação financeira nas IFI							Ponderação:	25,0%
Ind 6. Grau de execução médio dos PICAT	0,54	0,55	[50%;60%]	0,7	50%	0,603875	109,0%	Superou
Ind 7. Nº de iniciativas que promovam a interligação com os países prioritários da cooperação portuguesa e um maior grau de internacionalização da economia nacional	24	24	24	30	50%	26	108,3%	Superou
EFICIÊNCIA								25,0%
O5. Responder a "Tempo e Horas"							Ponderação:	50,0%
Ind 8. Percentagem de respostas e acções concluídas fora do prazo	0,089	0,048	[4%;4,5%]	0,01	100%	0,0365721	104,6%	Superou
O6. Maximizar a economia dos recursos utilizados							Ponderação:	50,0%
Ind 9. Rácio entre os resultados alcançados e a despesa efectuada (*valor ajustado para assegurar comparabilidade entre 2009 e 2010)		13,8%*	[13,8%;14,6%]	0,163	100%	0,1972866	165,8%	Superou
QUALIDADE								25,0%
O7. Promover a qualidade do serviço prestado							Ponderação:	100,0%
Ind 10. Nível de satisfação dos utilizadores (escala 1 a 5)	4	4	[3,8; 4,2]	5	50%	4,1840909	100,0%	Atingiu
Ind 11. Resultados de benchmarking, em pontos (1 ponto por cada resultado relevante e 2 por cada resultado excelente)	2	1	[1; 3]	5	50%	3	100,0%	Atingiu

Avaliação final			
Taxa de Realização dos Parâmetros		planeado	realizado
Eficácia		50%	55%
O1. Concretizar iniciativas com impacto nas políticas públicas e na sua monitorização		25%	25%
O2. Garantir o apoio técnico à formulação de políticas, prioridades e objectivos do MFAP		25%	31%
O3. Promover uma rede interactiva de informação e conhecimento		25%	27%
O4. Aumentar a eficácia da APD e da participação financeira nas IFI		25%	27%
Eficiência		25%	34%
O5. Responder a "Tempo e Horas"		50%	52%
O6. Maximizar a economia dos recursos utilizados		50%	83%
Qualidade		25%	25%
O7. Promover a qualidade do serviço prestado		100%	100%
TAXA DE REALIZAÇÃO GLOBAL		100%	114%

Taxa de Realização dos Objectivos		planeado	realizado
Eficácia		100%	110,2%
O1. Concretizar iniciativas com impacto nas políticas públicas e na sua monitorização		100%	100,0%
O2. Garantir o apoio técnico à formulação de políticas, prioridades e objectivos do MFAP		100%	122,9%
O3. Promover uma rede interactiva de informação e conhecimento		100%	109,4%
O4. Aumentar a eficácia da APD e da participação financeira nas IFI		100%	108,7%
Eficiência		100%	135,2%
O5. Responder a "Tempo e Horas"		100%	104,6%
O6. Maximizar a economia dos recursos utilizados		100%	165,8%
Qualidade		100%	100,0%
O7. Promover a qualidade do serviço prestado		100%	100,0%

Recursos Humanos - 2010		Pontuação		Pontos		Desvio
				Planeado	Realizado	
Dirigentes - Direcção superior		20		60	58	-2
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de		16		160	115	-45
Técnico Superior		12		408	282	-126
Coordenador Técnico		9		18	18	0
Informáticos		9		27	27	0
Assistente Técnico		8		16	15	-1
Assistente Operacional		5		5	4	-1
Total				694	521	-173

Nº de Effectivos no Organismo	31-12-2009	2010 Planeado	31-12-2010
Nº de efectivos a exercer funções no GPEARi	44	55	44

Recursos Financeiros (euros) - 2010		Orçamento		Desvio
		Planeado	Realizado	
Orçamento Funcionamento		4 130 975	3 340 049	- 790 926
Despesas com pessoal		2 836 628	2 381 778	- 454 850
Aquisição de bens e serviços		1 157 060	921 890	- 235 170
Outras despesas correntes		137 287	36 382	- 100 906
PIDDAC		58 540	10 084	- 48 456
Outros - Cooperação		2 631 118	1 276 745	-1 354 373
Total		6 820 633	4 626 878	

Indicadores	Fonte de Verificação
Ind 1. Número de iniciativas cujos objectivos foram alcançados	Sistema de indicadores de desempenho.
Ind 2. Nº de documentos técnicos elaborados de suporte à formulação e monitorização	Sistema de indicadores de desempenho.
Ind 3. Nº de "Policy Papers" elaborados	Sistema de indicadores de desempenho.
Ind 4. Nº de documentos publicados, de entre artigos e estudos	Página electrónica do GPEARi.
Ind 5. Nº de iniciativas de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MFAP	Sistema de indicadores de desempenho.
Ind 6. Grau de execução médio dos PICAT	DSCL.
Ind 7. Nº de iniciativas que promovam a interligação com os países prioritários da	DSCL.
Ind 8. Percentagem de respostas e acções concluídas fora do prazo	Sistema de indicadores de desempenho.
Ind 9. Rácio entre os resultados alcançados e a despesa efectuada (*valor ajustado)	DSRSL.
Ind 10. Nível de satisfação dos utilizadores (escala 1 a 5)	Inquérito de opinião aos utilizadores do serviço prestado pelo
Ind 11. Resultados de benchmarking, em pontos (1 ponto por cada resultado relevante e	Sistema de indicadores de desempenho.

A3. Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe departamento de auditoria interna.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Código de conduta do GPEARI, março 2010
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Em 2009: 34%; Em 2010: 61%.
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Na DSCI.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		Por manifesta carência de pessoal.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?		X		Estão definidas mas não formalizadas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Processos contabilísticos.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Embora não formalmente.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			As aplicações são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existência de <i>passwords</i> e de e certificados de segurança.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

A4. Quadros do Balanço Social

QUADRO 1.		Indicadores do Balanço Social							
Indicador	Unidade	Descrição	2008	2009			2010		
				M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Nível etário	anos	Soma das idades /Total de recursos humanos	42	42	41	41	41	40	41
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > 55 anos / Total de recursos humanos	20	15	16	16	13	10	11
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	66	-	-	70	-	-	66
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	49	46	65	59	47	62	57
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	27	31	19	23	27	24	25
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	80	77	84	82	73	86	82
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública /Total de recursos humanos	n.d.	17	14	15	15	12	13
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	15	8	10	9	33	21	25
Índice de saída	%	Número de saídas /Total de recursos humanos	24	23	6	11	7	24	18
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	4	0	8	6	2	7	5
Leque salarial	nº	Maior remuneração base / Menor remuneração base	9	5	9	9	5	6	9

Nota: * Excluindo férias.

QUADRO 2.		Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género							ANO: 2010
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	CT em funções públicas por tempo indeterminado		Comissão de serviço no âmbito da LVCR		CT no âmbito do Código de Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)			1	2			1	2	3
Dirigente intermédio a)			3	5			3	5	8
Técnico superior	6	16			1	2	7	18	25
Assistente técnico	1	2					1	2	3
Assistente operacional	1						1	0	1
Informático	2	2					2	2	4
Total	10	20	4	7	1	2	15	29	44

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 3.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género																			ANO: 2010		
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente superior a)						1	1	1												1	2	3
Dirigente intermédio a)				1			1	2	4											3	5	8
Técnico superior	2	3	2	4	1	4			6				1	1		1				7	18	25
Assistente técnico										1					2					1	2	3
Assistente operacional						1														1	0	1
Informático						1					1	1			1					2	2	4
Total	2	3	3	4	3	6	3	11	1	1	1	1	1	3	1	0	0	0	0	15	29	44

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 4.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo nível de antiguidade e género																		ANO: 2010		
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	até 5 anos		5-9		10-14		15-19		20-24		25-29		30-34		35-39		40 ou mais		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)					1	1									1				2	1	3
Dirigente intermédio a)	1				2	1		4											3	5	8
Técnico superior	2	11	2	1	1	2		2		2					2				7	18	25
Assistente técnico											1					2			1	2	3
Assistente operacional					1														1	0	1
Informático							1					1	1	1					2	2	4
Total	3	11	2	1	5	4	1	6	0	2	1	1	1	1	3	2	0	0	16	28	44

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 5.	Contagem dos trabalhadores admitidos ou regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação																ANO: 2010
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Procedi-mento concursal		Cedência de interesse público		Mobilidade interna a órgãos ou serviços		Regresso de licença		Comissão de serviço		CEAGP		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)										1					0	1	1
Dirigente intermédio a)															0	0	0
Técnico superior	2	2		1		1							2	1	4	5	9
Assistente técnico					1										1	0	1
Assistente operacional															0	0	0
Informático															0	0	0
Total	2	2	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	2	1	5	6	11

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 6.	Contagem das saídas dos trabalhadores contratados e nomeados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género						ANO: 2010
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Reforma/ aposentação		Outros		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)					1	0	1
Dirigente intermédio a)					0	0	0
Técnico superior		1	1	5	1	6	7
Assistente técnico		1			0	1	1
Assistente operacional					0	0	0
Informático					0	0	0
Total	0	2	1	5	1	7	9

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 7.	Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género												ANO: 2010
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Promoções		Alteração obrigatória de posicionamento remuneratório		Alteração de posicionamento remuneratório por opção gestonária		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)											0	0	0
Dirigente intermédio a)											0	0	0
Técnico superior					1	5					1	5	6
Assistente técnico											0	0	0
Assistente operacional											0	0	0
Informático											0	0	0
Total	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0	1	5	6

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 8.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira e género, segundo a modalidade de horário de trabalho e género										ANO: 2010
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Rígido		Flexível		Jornada contínua		Isenção de horário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)							1	2	1	2	3
Dirigente intermédio a)							3	5	3	5	8
Técnico superior	7	18							7	18	25
Assistente técnico	1	2							1	2	3
Assistente operacional	1								1	0	1
Informático	2	1				1			2	2	4
Total	11	21	0	0	0	1	4	7	15	29	44

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 9.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira e género, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género				ANO: 2010
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Tempo Completo (35 horas)		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	
Dirigente superior a)	1	2	1	2	3
Dirigente intermédio a)	3	5	3	5	8
Técnico superior	7	18	7	18	25
Assistente técnico	1	2	1	2	3
Assistente operacional	1		1	0	1
Informático	2	2	2	2	4
Total	15	29	15	29	44

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

A5. Mapa de Execução Orçamental – 2010 (em euros)

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO							
010000	Despesas com pessoal			1.491.963	1.377.134	1.261.762	115.372
010100			Remunerações certas e permanentes	1.233.478	1.143.956	1.071.773	72.183
010103	00	00	Pessoal em funções	922.615	706.287	662.986	43.301
010108	00	00	Pessoal aguardando aposentação	0	3.407	3.406	1
010109	00	00	Pessoal em qualquer outra situação	78.000	219.470	219.470	0
010111	00	00	Representação	34.558	35.753	32.016	3.737
010112	00	00	Suplementos e prémios	2.565	3.140	3.127	13
010113	00	00	Subsídio de refeição	40.205	35.364	31.999	3.365
010114	00	00	Subsídios de férias e de Natal	155.535	140.535	118.769	21.766
010200			Abonos variáveis ou eventuais	78.844	69.815	55.281	14.534
010202	00	00	Horas extraordinárias	1.100	1.000	980	20
010204	00	00	Ajudas de custo	50.659	39.426	24.928	14.498
010208	00	00	Subsídio de alojamento	10.436	10.437	10.436	1
010212	00	00	Indemnizações por cessação de funções	0	8.913	8.912	1
010213	PD	00	Prémios de desempenho	16.649	10.039	10.024	15
010300			Segurança social	179.641	163.363	134.709	28.654
010303	00	00	Subsídio familiar a crianças e jovens	1.863	5.028	4.976	52
010304	00	00	Outras contribuições familiares	2.644	303	302	1
010305	A0	A0	Caixa Geral de Aposentações	113.326	113.223	94.432	18.791
010305	A0	B0	Segurança Social	61.808	30.439	21.437	9.002
010310	P0	00	Outras despesas de segurança social - parentalidade	0	14.370	13.561	809
020000	Aquisição de bens e serviços			352.940	264.196	179.125	85.071
020100			Aquisição de bens	36.500	29.366	10.337	19.029
020102	00	00	Combustíveis e lubrificantes	20.000	9.413	2.658	6.755
020104	00	00	Limpeza e higiene	2.000	2.000	76	1.924
020108	00	00	Material de escritório	2.000	2.000	653	1.347
020118	00	00	Livros e documentação técnica	7.500	7.500	908	6.592
020121	00	00	Outros bens	5.000	8.453	6.041	2.412
020200			Aquisição de serviços	316.440	234.830	168.787	66.043
020203	00	00	Conservação de bens	1.000	2.750	2.738	12
020205	C0	00	Locação de material de informática - outros	15.000	25.000	20.256	4.744
020209	A0	00	Acessos à internet	1.893	3.148	2.673	475
020209	C0	00	Comunicações fixas de voz	19.000	8.885	5.579	3.306
020209	D0	00	Comunicações móveis	7.000	14.880	12.158	2.722
020209	F0	00	Outros serviços de comunicações	1.280	1.280	680	600
020210	00	00	Transportes	5.000	5.000	2.006	2.995
020211	00	00	Representação dos serviços	50.000	25.630	8.324	17.306
020212	00	00	Seguros	14.600	14.600	3.085	11.515
020213	00	00	Deslocações e estadas	95.880	96.910	91.685	5.225
020214	B0	00	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria - outros	5.787	3.472	1.634	1.839
020215	B0	00	Formação - outras	0	1.715	1.714	1
020225	00	00	Outros serviços	100.000	31.560	16.256	15.304
040800	Transferências correntes			34.013	36.483	36.382	101
040802	00	00	Transferências correntes - famílias - outras (estágios PEPAC)	34.013	36.483	36.382	101
060000	Outras despesas correntes			48.177	0	0	0
060203	R0	00	Reserva	48.177	0	0	0
070000	Aquisição de bens de capital			0	1.140	1.094	46
070100			Investimentos	0	1.140	1.094	46
070107	A0	B0	Equipamento de informática - outros	0	700	668	32
070108	A0	B0	Software informático - outros	0	100	95	5
070109	A0	B0	Equipamento administrativo - outros	0	340	330	10
Totais				1.927.093	1.678.953	1.478.363	200.590

ORÇAMENTO DE COOPERAÇÃO							
010000	Despesas com pessoal			1.344.665	1.414.080	1.118.034	296.046
010100			Remunerações certas e permanentes	959.458	1.054.065	832.757	221.308
010103	00	00	Pessoal em funções	447.726	390.476	371.115	19.361
010109	00	00	Pessoal em qualquer outra situação	0	151.857	136.918	14.939
010111	00	00	Representação	15.415	15.415	6.132	9.283
010112	00	00	Suplementos e prémios	413.700	413.700	249.224	164.476
010113	00	00	Subsídio de refeição	14.184	14.184	10.530	3.654
010114	00	00	Subsídios de férias e de Natal	68.433	68.433	58.838	9.595
010200			Abonos variáveis ou eventuais	302.399	285.663	227.083	58.580
010204	00	00	Ajudas de custo	293.999	274.463	215.883	58.580
010208	00	00	Subsídio de alojamento	8.400	11.200	11.200	0
010300			Segurança social	82.808	74.352	58.194	16.158
010305	A0	00	Contribuições para a segurança social	0	4.918	0	4.918
010305	A0	A0	Caixa Geral de Aposentações	62.115	47.115	36.418	10.697
010305	A0	B0	Segurança Social	20.693	22.319	21.776	543
020000	Aquisição de bens e serviços			804.120	1.005.727	732.651	273.076
020100			Aquisição de bens	0	510	510	0
020102	00	00	Combustíveis e lubrificantes	0	510	510	0
020200			Aquisição de serviços	804.120	1.005.217	732.141	273.076
020205	C0	00	Locação de material de informática - outros	0	446	445	1
020209	A0	00	Acessos à internet	0	556	555	1
020210	00	00	Transportes	0	511	511	0
020211	00	00	Representação dos serviços	0	21.296	21.296	0
020213	00	00	Deslocações e estadas	804.120	963.634	691.130	272.504
020214	00	00	Estudos, pareceres, projectos e consultoria - outros	0	4.800	4.730	70
020215	A0	00	Formação - tecnologias da informação e comunicação	0	2.500	2.000	500
020225	00	00	Outros serviços	0	11.474	11.473	1
060000	Outras despesas correntes			55.097	0	0	0
060203	R0	00	Reserva	55.097	0	0	0
070000	Aquisição de bens de capital			0	9.020	9.020	0
070100			Investimentos	0	9.020	9.020	0
070107	A0	B0	Equipamento de informática - outros	0	9.020	9.020	0
Totais				2.203.882	2.428.827	1.859.705	569.122

ORÇAMENTO DE PIDDAC							
P 004 - Finanças e Administração Pública							
020000	Aquisição de bens e serviços			43.540	0	0	0
020200			Aquisição de serviços	43.540	0	0	0
020203	00	00	Conservação de bens	5.000	0	0	0
020215	B0	00	Formação - outras	38.540	0	0	0
070000	Aquisição de bens de capital			15.000	10.085	10.084	1
070100			Investimentos	15.000	10.085	10.084	1
070107	A0	B0	Equipamento de informática - outros	15.000	10.085	10.084	1
Totais				58.540	10.085	10.084	1

ORÇAMENTO DE DESPESAS EXCEPCIONAIS - CAP.º 60							
040000	Transferências correntes			2.587.475	2.076.957	1.222.585	854.372
040900			Resto do mundo	2.587.475	2.076.957	1.222.585	854.372
040903	00	00	Países terceiros e organizações internacionais	2.587.475	2.076.957	1.222.585	854.372
050000	Subsídios			28.525	32.297	30.573	1.724
050800			Famílias	28.525	32.297	30.573	1.724
050803	00	00	Outras	28.525	32.297	30.573	1.724
080000	Transferências de capital			15.118	21.864	21.863	1
080900			Resto do mundo	15.118	21.864	21.863	1
080903	00	00	Países terceiros e organizações internacionais	15.118	21.864	21.863	1
Totais				2.631.118	2.131.118	1.275.021	856.097